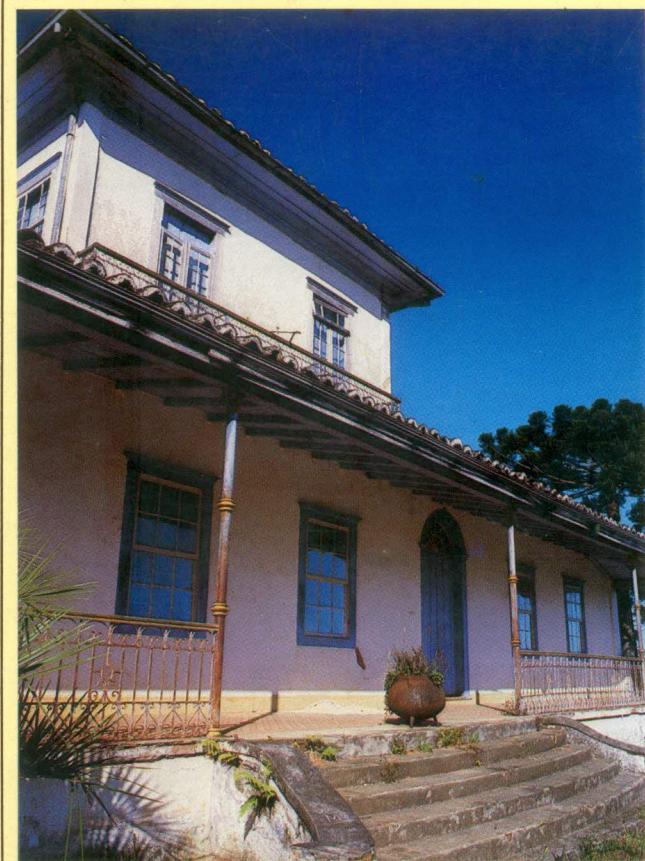


CADERNOS DO PATRIMÔNIO



FAZENDA CAPÃO ALTO

Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte
Coordenadoria do Patrimônio Cultural

FAZENDA CAPÃO ALTO

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL
BIBLIOTECA *320*
Rua Ébano Pereira, 240 - CEP 80410-903 - Curitiba - PR

Class.:	351.85		
TOMB CASTRO Ex 2			
Aut.:	P223		
Reg.:	145	Data:	04/06
MFN	580	D.P.	

Fazenda Capão Alto. Curitiba, SECE, 1985.
68 p. (Cadernos do Patrimônio . Série Estudos, 1)

1. Fazenda Capão Alto - Paraná. 2. Fazendas históricas - Paraná. 3. Sítios históricos - Conservação e restauração. I Parchen, Rosina Coeli Alice. II. Lacerda, Maria Thereza Brito de. III. Magnani, José Guilherme Cantor, coord.

CDD (18^a ed.)
981.6

José Richa
Governador do Estado

Fernando Ghignone
Secretário de Estado da Cultura e do Esporte

José Guilherme Cantor Magnani
Coordenador do Patrimônio Cultural

Jurandir Rios Garçoni
Chefe da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL
BIBLIOTECA
Rua 26 de Março, 20 - Centro - Rio Claro - PR

CADERNOS DO PATRIMÔNIO

"SÉRIE ESTUDOS 1"

FAZENDA CAPÃO ALTO

PP
981.622
F287

Coordenação Geral: José Guilherme Cantor Magnani
Levantamento arquitetônico
e projeto de restauração: Rosina Coeli Alice Parchen
Pesquisa histórica: Maria Thereza Brito de Lacerda
Mapas: Karin Ethel Bachstein
Redação final: Paulo Esmanhoto
Teresa Urban
Projeto gráfico: João Wasilewski Neto
Arte final: Teresa Cristina Montecelli
Fotos: Carlos Ernesto Kugler
Leonardo Afonso Brusamolin Junior
Lina Faria
Luiz Marcelo Bertoli de Mattos

Agradecimentos

Dom Geraldo Micheletto Pellanda, C.P. Bispo de Ponta Grossa,
Sra. Judith Carneiro de Mello, Sr. Rivadávia Riva Menarin (Prefeito Municipal
de Castro), Padre Nicolau Baltazar Przybycien (Vigário da Paróquia de Castro),
Professor Brasil Pinheiro Machado, Cooperativa Central de Laticínios do Paraná

Arquitetos, desenhistas, estagiários da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico
que tomaram parte do levantamento histórico e arquitetônico.



IMPRESSÃO OFICIAL
85

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL
BIBLIOTECA 56/08



1950
1950

Com “Fazenda Capão Alto”, a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte inaugura uma série de publicações destinadas a divulgar o Patrimônio Cultural Paranaense e a atuação dos órgãos encarregados de sua defesa - o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, a Coordenadoria do Patrimônio Cultural e suas Unidades.

Nosso Patrimônio, contudo - resultado do trabalho, da criatividade e do modo de vida dos diferentes grupos e segmentos sociais que compõem a população do Paraná - não pode ficar apenas sob a proteção de medidas legais ou da ação dos organismos oficiais. Cada nova geração de paranaenses, ao mesmo tempo em que acrescenta suas próprias marcas, enriquecendo-o, é responsável pela preservação do legado cultural de seus antepassados.

Este primeiro “Caderno do Patrimônio” conta um fragmento de nossa história, a partir de um testemunho arquitetônico: a sede da Fazenda Capão Alto, em Castro. Outras edificações e monumentos - assim como áreas de interesse ecológico ou paisagístico, sítios arqueológicos, documentos, obras de arte, manifestações de cultura popular, etc. - contam outras histórias e mostram outros aspectos do nosso Patrimônio.

Difundir o Patrimônio Cultural do Paraná é o objetivo dos “Cadernos do Patrimônio”; conhecê-lo, para melhor preverá-lo, é dever de todos os paranaenses.

*Fernando Ghignone
Secretário de Estado*

Índice

	<i>Pág.</i>
<i>A</i> presentação	11
<i>Três séculos de cultura e história do Paraná</i>	15
<i>Paulistas e paranaenses no caminho das tropas</i>	19
<i>“Com certo gosto e capricho” (a arquitetura da fazenda)</i>	35
<i>Uma nova “Paragem do Yapó”: critérios de restauração do casarão da fazenda</i>	49
<i>Um artesanato sólido (a técnica da taiipa de pilão)</i>	53
<i>Em defesa de nosso patrimônio cultural (conclusão)</i>	57
<i>Referências bibliográficas</i>	58

A apresentação

Membros da aristocracia paulista, frades carmelitas, escravos, proprietários rurais paranaenses, imigrantes - muitos foram os donos e administradores da Fazenda Capão Alto, na “Paragem do Iapó” onde mais tarde, já no século 19, foi construída sua sede.

De todos, a propriedade e o velho casarão guardam vestígios; mas é de um importante período sócio-econômico e consequente processo de povoamento do território paranaense que a Fazenda Capão Alto terminou sendo um testemunho privilegiado: o tropeirismo.

As atividades ligadas à pecuária e ao tropeirismo, desenvolvidas a partir da primeira metade do século 18 ao longo dos chamados “Caminhos das Tropas” - de Viamão a Sorocaba, passando pelos Campos Gerais - marcaram profundamente a história das regiões atravessadas por esses roteiros: determinaram a ocupação do espaço, propiciaram o surgimento de assentamentos urbanos e núcleos agro-pastoris, influenciaram o modo de vida, os costumes e tradições da população que aí se estabelecia.

Por ser um remanescente de todo esse processo, de grande valor arquitetônico, é que a Sede da Fazenda Capão Alto — por iniciativa da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico, e por força da lei estadual 1.211/53 — foi declarada de interesse público, tendo sido inscrita no Livro do Tombo Histórico em 1982.

Esta medida legal, que garante sua integridade, não é suficiente, porém, para que a importância da Fazenda Capão Alto seja devidamente reco-

nhecida. É preciso desencavar seus significados - e às vezes literalmente, através de prospecções arqueológicas - para que ela conte todas as histórias de que foi testemunha.

Daí a necessidade da pesquisa documental, do levantamento arquitetônico, do projeto de restauração e uso, realizados por técnicos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico, de onde foram tirados alguns elementos para este primeiro número dos "Cadernos do Patrimônio."

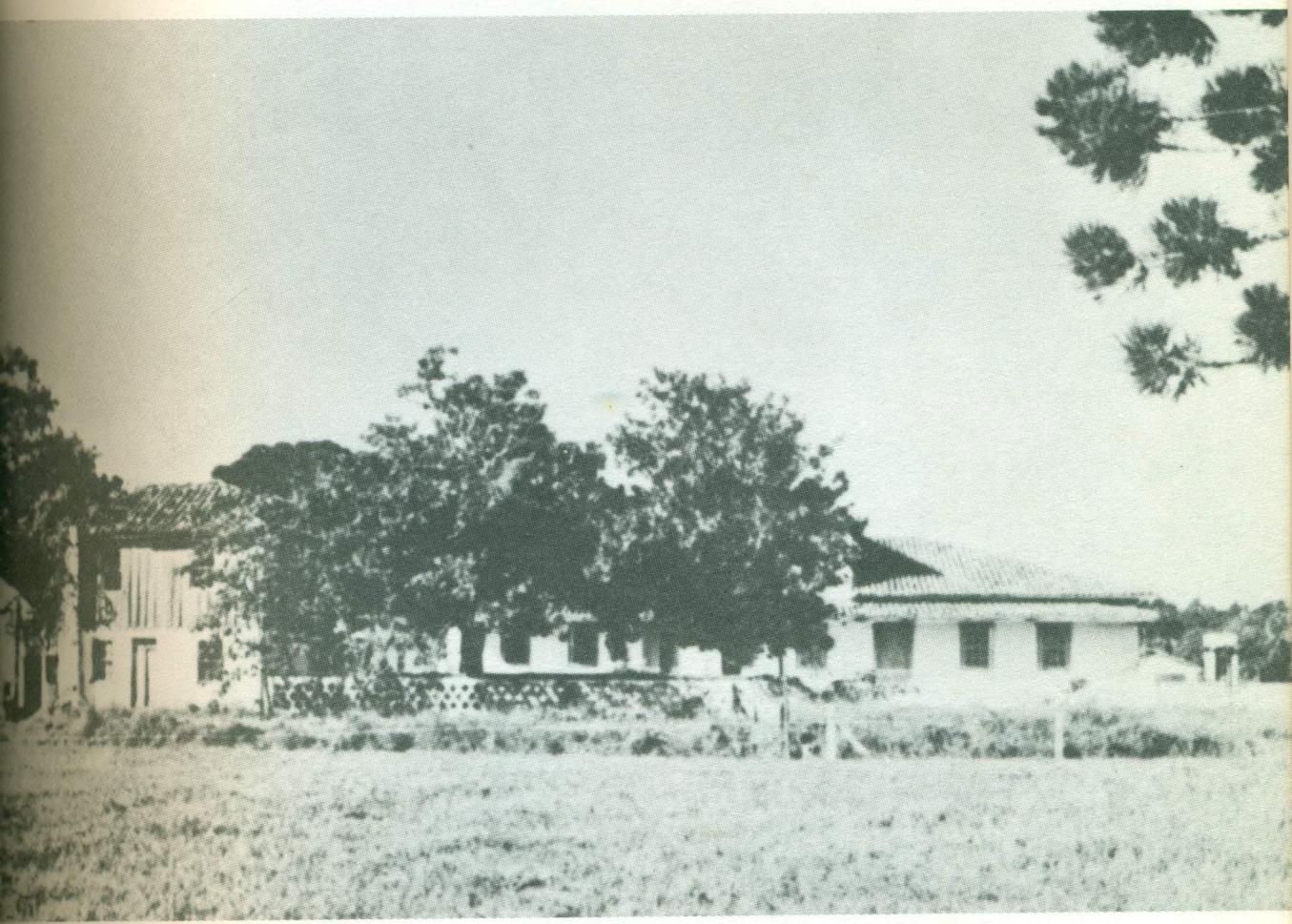
Como a Fazenda Capão Alto, há outras edificações dignas de registro - o Solar do Barão, em Curitiba, o Palacete Visconde de Nacar, em Paranaíba, a Casa Lacerda, na Lapa, a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, na Ilha do Mel, para citar só algumas - que evocam outras histórias e outros personagens.

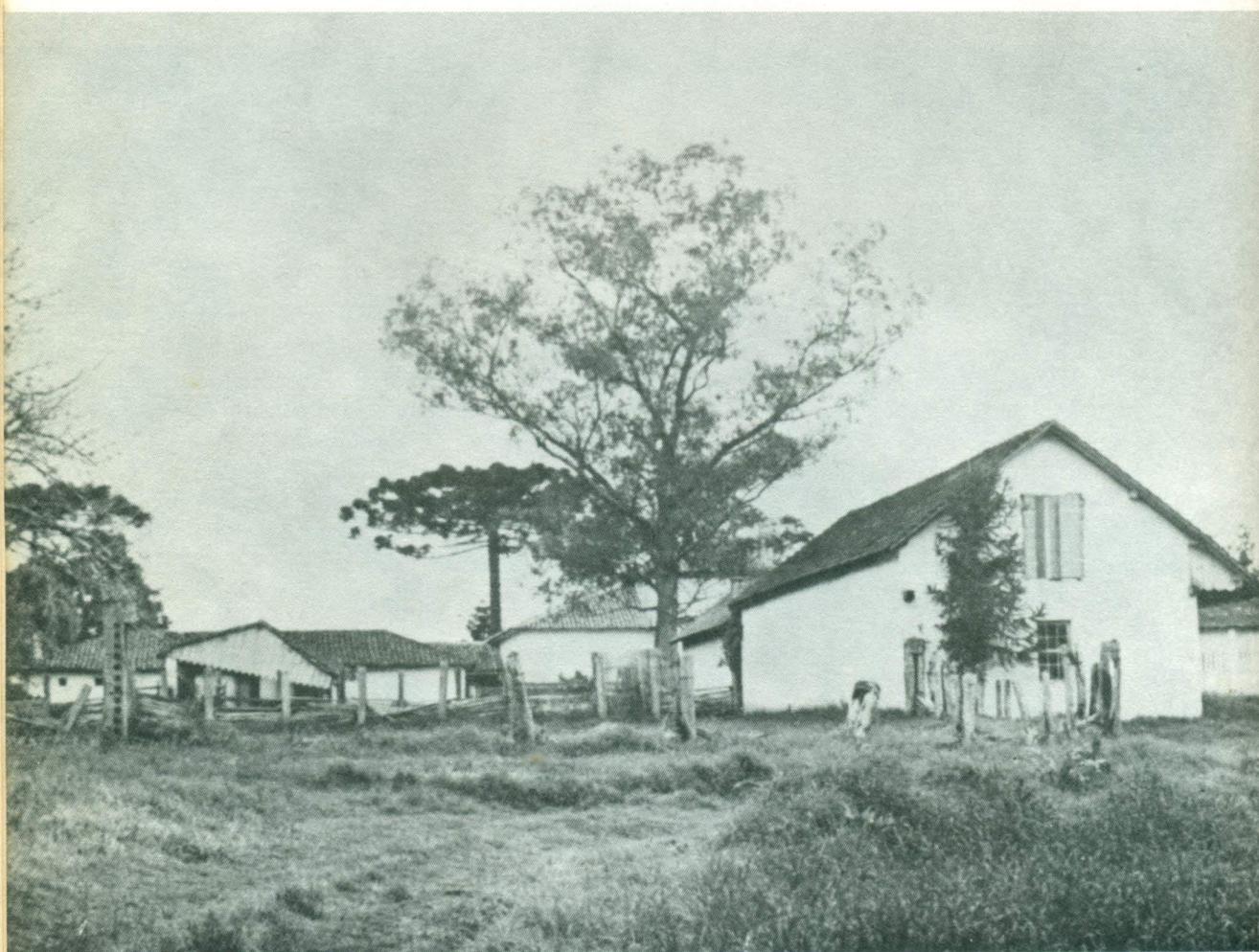
Cabe lembrar, no entanto, a existência de segmentos e grupos sociais que, apesar de não terem deixado vestígios tão imponentes - excluídos social e politicamente, ficaram à margem da história oficial - foram também protagonistas nos diferentes períodos econômicos, processos sócio-políticos, formas de ocupação e povoamento do território paranaense: grupos indígenas, escravos, imigrantes, trabalhadores urbanos e do campo.

É preciso também conhecer, registrar e preservar os testemunhos de seu modo de vida, formas de moradia, expressões artísticas, instrumentos de trabalho, tradições e costumes, sem os quais o Patrimônio Cultural Paranaense - que inclui, ademais, sítios arqueológicos, áreas de interesse ecológico e paisagístico - estaria incompleto.

Cada uma dessas formas, através das quais se manifesta nossa riqueza cultural, constitui uma marca que os paranaenses do sul, do litoral, do norte, do sudoeste etc., podem exibir como seu Patrimônio - "no tempo e no espaço, os traços de nosso modo de ser".

*José Guilherme Cantor Magnani
Coordenador do Patrimônio Cultural*





Três séculos de cultura e história do Paraná

Os Campos Gerais do Paraná - atualmente a principal região produtora de laticínios do Estado - começaram a ser explorados pelos colonizadores portugueses e seus descendentes e colaboradores luso-brasileiros no alvorecer do século 18. É por essa época que se inicia a história da Fazenda Capão Alto, localizada às margens do rio Iapó, no Município de Castro, cujas edificações foram tombadas em 1982 pelo Governo do Paraná garantindo-se, deste modo, através de uma lei especial, a preservação de um dos mais expressivos testemunhos arquitetônicos e históricos da região.

Ao longo de três séculos, a área onde mais tarde se estabeleceu a Fazenda Capão Alto foi palco privilegiado na História da sociedade de Castro e do Paraná. Localizada em sesmaria concedida pela Coroa portuguesa à família Taques de Almeida, da aristocracia colonial paulista, tornou-se mais tarde propriedade da Ordem Carmelita no Brasil. Utilizando-se da mão-de-obra escrava, os frades carmelitas desenvolveram ali a produção de alimentos e a criação de gado, transformando a Fazenda num dos primeiros e mais expressivos núcleos de povoamento local, situados sobre a estratégica "rota dos tropeiros", que foi vital para o desenvolvimento econômico de São Paulo e das Minas Gerais. Durante muitos anos, já no século 19, quando da saída dos carmelitas, a Fazenda foi administrada pelos próprios escravos. Passou, depois, pelas mãos de diversas gerações da aristocracia e da alta sociedade castrense, até que, em 1979, foi vendida à Cooperati-

va Central de Laticínios do Paraná Ltda. - um dos grupos econômicos que fizeram de Castro a mais importante bacia leiteira do Estado.

Neste lugar histórico, a menos de 20 quilômetros do centro da cidade, Bonifácio José Baptista - mais tarde titulado "Barão de Monte Carmelo" por D. Pedro II, - mandou construir, há cerca de um século atrás, um grande e aristocrático casarão que até hoje se destaca como uma das mais belas peças arquitetônicas do patrimônio cultural paranaense.

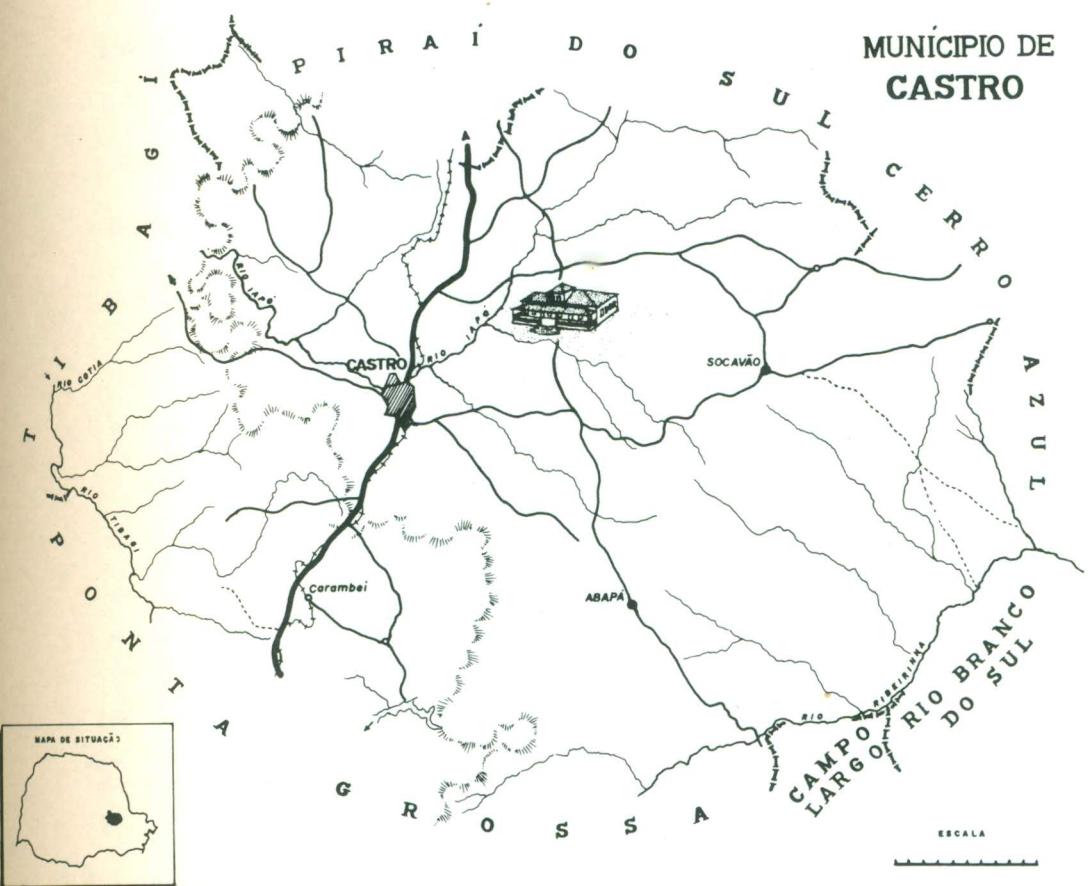
A concepção do edifício principal - colocado à frente de um conjunto de 12 diferentes construções - reflete o estilo dos casarões coloniais típicos das fazendas de café de São Paulo e Rio de Janeiro, e representa o estágio mais avançado de adaptação da casa luso-brasileira à região tropical. Sua construção revela, de outra parte, forte influência das casas urbanas que alojaram, nos séculos 18 e 19, as ricas famílias de São Paulo e Rio.

O conjunto da área construída representa estilos arquitetônicos de épocas distintas. Algumas das edificações - entre elas o casarão central - foram levantadas em taipa de pilão, e constituem, provavelmente, os únicos exemplares dessa antiga técnica de construção ainda existentes no Paraná. As demais construções, ao fundo do casarão, são de alvenaria de tijolos e de madeira, datando, ao que tudo indica, da época em que a fazenda de gado de corte passou a abrigar gado leiteiro.

O processo de tombamento do conjunto arquitetônico da Fazenda, pela Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, foi iniciado com base numa pesquisa histórica e teve como consequência a elaboração de um projeto de restauração das edificações que prevê o seu aproveitamento como Pousada, sem prejuízo da constituição original ou de seu valor como patrimônio cultural e artístico.

Com esta publicação sobre a história e o projeto de restauração da sede da Fazenda Capão Alto - que abre a série "Estudos" dos Cadernos do Patrimônio - a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte pretende divulgar de forma sistemática o trabalho desenvolvido pelo Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, pela Coordenaria do Patrimônio Cultural e suas Unidades - Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico e Museus, órgãos encarregados da identificação, registro e preservação do Patrimônio Cultural que é de todos os paranaenses, e a quem cabe, por isso mesmo, a responsabilidade maior por sua proteção.

MUNICÍPIO DE CASTRO



20

Aj de dia Domym Díñer: de mil sete centos e vinte
nove vizinhos pefalem se yá hysse Pés de S. Bernardo
Iero representado doce R. P. Vicario Fr. Isidro Delante
Fr. Pedro da R. N. emys pereceram; y de celasas presentes.
Fiz a processão dos defuntos d'az São Bernardo, Imagens, Vir-
tual pereceram, ouido omay pertencente aq[ue]la
vizinhança, gravando no escripto, o temporal
meu velho d'elmas in an arquinte. Louva-se oze-

lo, eador, com o P. Pároco encantado co Sos Pa-
roclinos intruindoos no Santo dogma Paróquia Re-
ligios; dove assim sempre conduzisse p. merecer
aquele imensíssim broa qd o Principe dos Apo-
los uns rezando qd Peitoral celebro.

o P. Pároco manifestamente pernudora co qd
frequency qd contra abruida cuidou em cabrón
com belha olor de grixa, espresa, qd nō da-
vda do qd se ofensivo co Olho da Reg. e Quina
nō tratela com equita Tempura, curcio, des-
he digne. Damy me sorte mandará fez qd
qd qd adia septimal elongar alguns paramentos
qd ha prezicão (o P. Pároco no fim do seu livro
lancara qd dizeram qd qd frequencia co mai esguio, ala-
yputano. E qd qd hui qd capitulo qd fundo).
o P. Pároco qd dico co Tuy frequency enty des festejos
de tais das festas Conventual, qd qd qd qd
refriaré certidão S. Ione do Taps o dñer: 20/7/79
o Voz P. Pároco Iose Don del Olmo Bueno

Paulistas e paranaenses no caminho das tropas.

No Brasil Meridional do início do século XVIII, poucos bens tinham maior valor do que um bom campo de pasto. Mais ainda se as pastagens verdes estivessem servidas por águas cristalinas e abundantes, vegetação rasteira, capões e matos.

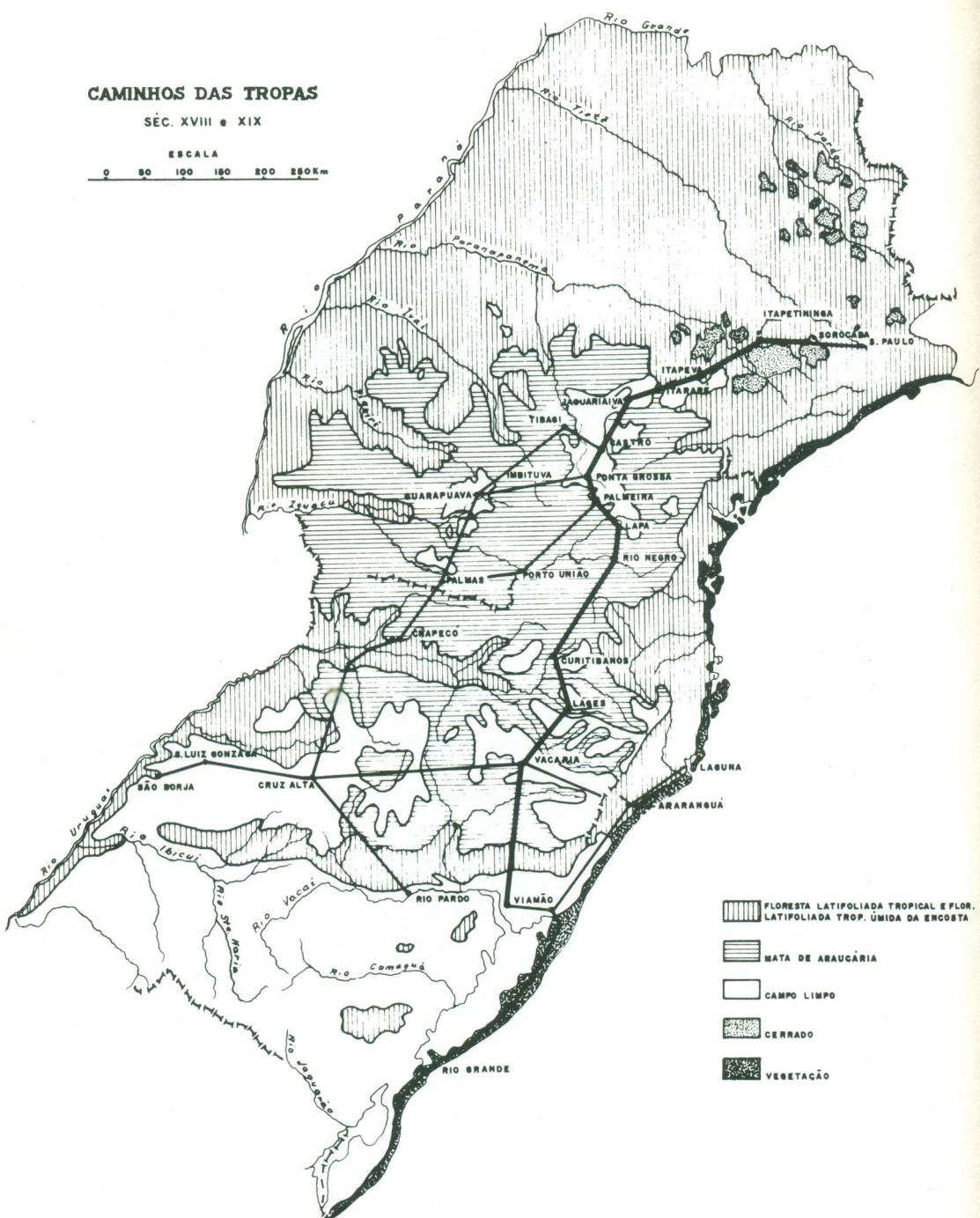
Era assim a “paragem do Iapó”, a uns dez quilômetros de onde está hoje a cidade de Castro, na região nordeste do Paraná. E lá, o rio Iapó tinha vau.

Naquele tempo, um rio que permitisse com facilidade, a passagem de homens e animais sem auxílio de embarcações era tão importante que podia até definir o traçado de um caminho.

E foi o que acabou acontecendo.

O Caminho de Viamão, vindo do Rio Grande do Sul, e o caminho de Sorocaba, se encontravam nos Campos Gerais, ali mesmo, onde o rio Iapó tinha vau. E a “paragem do Iapó” transformou-se em ponto de pouso estratégico para os tropeiros que traziam gado bovino, cavalos e mulas dos campos de Vacaria e Viamão, no Rio Grande do Sul, para a feira de Sorocaba, em São Paulo, grande centro abastecedor de carne bovina e de animais de carga para as Minas Gerais e para o Nordeste açucareiro.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Formação da Estrutura Agrária tradicional dos Campos Gerais. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, 3 (3): 8, jun 1963





Esta era um das grandes novidades da época. O abastecimento interno tinha se transformado num bom negócio. O crescimento da região das minas centralizava o comércio regional, até então disperso: surgiram novos caminhos e, através deles, novos povoados. Para ligar as populações e atender a suas necessidades foram implantados primitivos sistemas de transporte baseados principalmente em muares. Na região das minas, por exemplo, as cargas que eram transportadas precariamente às costas de índios e negros escravos, e mamelucos assalariados, começaram a ser levadas por animais de carga.

No princípio do século XVIII os paulistas já usavam cavalos e mulas como meio de transporte de carga. Apareceram, também, as primeiras tropas organizadas de cagueiros que trafegavam regularmente de uma região a outra.

O sul do país, primeiramente o Rio Grande do Sul, através dos campos de Vacaria e Viamão e da Colônia do Sacramento, e depois o Paraná, com os Campos Gerais, tornou-se fornecedor de animais de carga e de gado para os novos mercados. Os tropeiros abriam passagem para entrar na História.

Nos primeiros tempos, os animais vindos do Rio Grande do Sul - o então "continente" de São Pedro - eram levados até Laguna (hoje litoral sul de Santa Catarina) e então embarcados para os centros consumidores do norte, ou então levados pelo Caminho da Praia ao Rio São Francisco, seguindo em direção aos campos dos Ambrósios e para oeste por uma trilha que chegava aos Campos Gerais depois de atravessar o Rio Grande de Curitiba, como era chamado, então, o rio Iguaçu. O transporte pela praia era muito penoso e o grande sonho dos tropeiros era construir um caminho que ligasse os campos do Sul aos de Curitiba e dos Campos Gerais.

Um ousado sesmeiro dos Campos Gerais, Bartolomeu Paes de Abreu, chegou a propor a D. João V, em 1720, a abertura de uma estrada que ligasse Curitiba a São Pedro do Rio Grande do Sul e à Colônia de Sacramento, na banda oriental do Rio da Prata, em território hoje pertencente ao Uruguai. Propôs e tudo fez para que a estrada fosse aberta. Dez anos depois, eram muitos os nomes envolvidos na construção do Caminho dos tropeiros. Alguns foram multados por não cumprir os compromissos assumidos durante a sua construção e outros, ao contrário, receberam em paga pelos bons serviços

prestados à Coroa, grandes extensões de terras em sesmaria, títulos e direito de passagem sobre os animais que percorressem o caminho que se estendeu, ao final de dez anos de muito esforço, do Rio Grande do Sul à feira de Sorocaba.

As autoridades logo perceberam que as Finanças da Coroa poderiam melhorar com a cobrança de pedágio de gado e em muitos lugares foi criado até um cargo de Provedor para executar a cobrança. Segundo os registros de 1751, na região de Curitiba foram recolhidos 19.465\$880 réis correspondentes aos direitos de passagem de 6.753 cavalos, 2.380 mulas, 43 éguas e 520 vacas.

Aos poucos começaram a surgir atividades paralelas. Os animais precisavam repousar durante a longa viagem. O tropeiro Cristóvão Abreu, por exemplo, chegou a Curitiba em 1731 com 800 cabeças de gado, depois de ter viajado durante 13 meses pelo novo caminho, desde a Colônia de Sacramento.

Para abrigar os animais em viagem, multiplicaram-se as fazendas de invernadas - pousos de abastecimento e descanso das tropas. Muitas vezes estas fazendas tinham sua própria criação de gado, atividade que se expandiu pelos Campos Gerais, região extremamente favorável à pecuária.

Os bons negócios com os tropeiros, os lucros com as fazendas de invernada e com a criação de gado atraíram logo a atenção de ricos e poderosos moradores de São Paulo, de Santos e de Paranaguá, que passaram a ocupar terras nos Campos Gerais, instalando fazendas rudimentares para justificar o requerimento de sesmarias. Interessada em ampliar o domínio do território da Colônia, a Coroa portuguesa concedia, generosamente, grandes áreas de terras aos requerentes, mediante o cumprimento de exigências bem simples. Aos sesmeiros cabia, por exemplo, a obrigação de cultivar e povoar a terra. A sesmaria requerida tinha que estar localizada em áreas devolutas e não deveria causar prejuízo a terceiros. Tornou-se costume entre os requerentes, para simplificar os procedimentos, declarar formalmente como seus objetivos as exigências da Coroa, mesmo sem a intenção de cumpri-las.

Concedida a sesmaria, feita a demarcação, o requerente executava a cerimônia de posse: cavando a terra, cortando ramos, jogando terra para o ar e gritando, por três vezes, que estava tomando posse.

Em 1704, seguindo esse ritual, a cobiçada “paragem do Iapó” foi requerida em sesmaria e transformou-se em fazenda Capão Alto. Em quase trezentos anos de história a fazenda viveu momentos de glória e de decadência, de paz e de inquietação, de senhores e de escravos, de nobres e de plebeus.

Os senhores

O paulista Pedro Taques de Almeida era homem de grande prestígio perante a Coroa de Portugal. Tinha sido capitão-mor e governador da capitania de São Vicente e São Paulo por patente régia e, talvez por isso, sentiu-se à vontade para apresentar um requerimento de terras na extensão de 14 léguas, assinado por 21 membros de seu grupo familiar. Para justificar as pretensões, Pedro Taques empregou justificativas muito simples, alegando, entre outras coisas, que seu filho e seu genro queriam “se aposentar” nestas terras para indicar, com isto, a disposição da família de se fixar na sesmaria.

Mesmo para a colônia portuguesa, interessada em estimular o povoamento, a solicitação do capitão-mor era muito ambiciosa e ultrapassava os limites estabelecidos pela Corte de Lisboa para concessão de terras na Colônia. O clã de Pedro Taques contornou habilmente a resistência de Portugal, redigindo novos requerimentos em que cada membro pedia, separadamente, sesmarias de 3 léguas quadradas dentro da mesma área anteriormente solicitada em conjunto.

Nasceu assim o imenso latifúndio familiar dos Taques de Almeida, abrangendo a área correspondente, hoje, aos municípios de Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro e parte de Ponta Grossa.

A “paragem do Iapó” fazia parte da área que coube a Timóteo Correa de Goes, Provedor da Fazenda Real em Santos, que logo depois resolveu transformar a sesmaria em dinheiro, vendendo-a para um parente seu, João Gonçalves Figueira. Apesar do local privilegiado, não foram felizes os primeiros anos da fazenda, que foi a leilão quarenta anos depois da concessão da sesmaria. A viúva de João Gonçalves Figueira, endividada, teve seus bens penhorados. Na época, a fazenda tinha 1.400 cabeças de gado bovino, além de cavalos e mulas. Na relação de bens penhorados constavam ainda, 3 senzalas cobertas de palha, 3 currais, e um escravo de nome Manoel, além das terras da fazenda.

Em maio de 1751 a Fazenda Capão Alto foi a leilão mas não saiu das mãos da família pois foi arrematada pelo capitão-mor José de Gois e Moraes, o mesmo filho de Pedro Taques citado no primeiro requerimento de sesmaria. Capão Alto foi arrematada, com todos os bens, por 2 milhões de réis.

O capitão-mor José de Gois e Moraes aparece nos livros que contam a história da ocupação da região como um homem opulento, religioso e tolerante. Paulista, não vivia em suas terras nos Campos Gerais mas implantou, efetivamente, algumas grandes fazendas em Conceição (hoje em Ponta Grossa), São João, São Romualdo, Carambeí e São Carlos.

De todas, a fazenda Capão Alto era uma das melhores, com um grande potreiro construído numa colina cercada de águas, onde se abrigavam as tropas vindas do sul. Naturalmente, ao redor da fazenda instalou-se, pouco a pouco, um povoado cujos habitantes se dedicavam a atender as necessidades da tropa e dos tropeiros.

A formação do povoado ao redor da fazenda certamente interessava a José de Góis e Morais que tinha, na população, auxiliares preciosos para bem atender os tropeiros. Além disso, os moradores confeccionavam objetos de couro, produziam alimentos e asseguravam mão-de-obra abundante nos momentos necessários.

Para atrair moradores, os sesmeiros erigiam capelas, autorizavam a ocupação da terra, formando aos poucos pequenas comunidades. Em 1750, a Câmara de Curitiba designou um Juiz Vintenário de Iapó, o que significa que na “paragem” já viviam pelo menos vinte famílias. Como o rio Iapó - que em língua indígena local quer dizer “rio que alaga” - estava sujeito a inundações, o papel da pequena comunidade era muito importante para assegurar a manutenção dos tropeiros que, muitas vezes, tinham que permanecer vários dias na fazenda, esperando que as águas baixassem para atravessar o rio e seguir viagem.

A Capela de Santo Antonio do Capão Alto foi construída num local plano, de leves ondulações, muito perto da passagem do Iapó, mas as primeiras notícias sobre sua existência aparecem quando a fazenda já havia mudado de dono, em 1751.

José de Góis e Moraes era um homem muito religioso e parece ter transferido a fazenda aos frades de Nossa Senhora do Carmo, de São Paulo, logo depois de tê-la arrematado em leilão. Em 1751

os superiores da Ordem compareceram ao local para tomar posse de Capão Alto. Como era costume, realizaram a cerimônia da posse cavando o chão, cortando alguns ramos, lançando para o alto alguns punhados de terra e gritando por três vezes, que estavam tomando posse .

Os carmelitas percorriam o sul do Brasil desde 1730, quando o caminho dos tropeiros começou a ser construído, numa dupla missão: ao mesmo tempo em que cumpriam seu papel de religiosos, cuidavam também dos negócios de compra e venda de gado, para atender as necessidades de consumo do convento da ordem de São Paulo. Costumavam reunir o gado em Laguna e depois levá-lo para São Paulo através dos Campos Gerais. A Fazenda Capão Alto tinha, para eles, valor estratégico e alguns historiadores preferem acreditar que foi vendida pelo capitão-mor Gois e Moraes ao Frei João de Santa Isabel, no ano de 1751, como consta no Livro de Registros de Terras da Paróquia de Sant'Ana de Castro. O Frei João de Santa Isabel era muito conhecido nos caminhos do sul por sua atividade como mercador e chegou a ser envolvido numa acusação de transporte ilegal de armas que lhe valeu até uma ordem de prisão, expedida pelo capitão general de São Paulo, Antônio Pimentel. O episódio causou atritos nas relações entre os poderes militares e eclesiásticos da região¹ .

Além da fazenda Capão Alto os religiosos tinham outro latifúndio, a fazenda do Fundão, que foi comprada de Cristóvão Pinheiro de França. Bons administradores, os carmelitas em pouco tempo tinham construído diversos currais e abrigavam centenas de cabeças de gado. Todo o trabalho era executado por escravos que, segundo costume da época, eram doados aos frades pelos fazendeiros da região quando eram considerados rebeldes.

Os carmelitas pastoreavam almas e criavam gado de corte para alimentar os membros da Ordem, em São Paulo. Disciplinavam os escravos através do trabalho e da oração e evitavam a formação de povoados na área da fazenda. O terreno onde estava construída a capela de Santo Antônio do Capão Alto era plano e não faltou quem desejasse se instalar ao redor, iniciando um povoado. Mas os carmelitas acabaram atraindo os moradores para terras fora da fazenda com a construção da Capela de Sant'Ana do Iapó.

Mesmo assim os primeiros habitantes da região batizaram seus recém-nascidos, casaram seus filhos

1. MOREIRA, Júlio Estrella. *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá; até a emancipação da Província do Paraná*. Curitiba, Imprensa Oficial, 1975. v. 2, p. 650-1.

e encomendaram seus mortos na antiga capela de Santo Antonio do Capão Alto. No cemitério anexo foram enterrados moradores ilustres como o capitão Manoel da Rocha Carvalhaes.

Entre os casamentos lá celebrados constam os de Antonio Lopes de Toledo com Ignácia de Freitas, em 1754, e o de João Pereira Avellar, viúvo de Anna Pinto, com Isabel Martins de Sequeira, em 1755. A capela de Santo Antonio mudou mais tarde de nome, passando a ser consagrada a Nossa Senhora do Carmo, e foi abandonada vinte anos depois da entrada dos carmelitas na fazenda, quando se construiu a capela de Sant'Ana. Como queriam os frades, a nova capela atraiu o povoado para fora dos limites de Capão Alto e deu origem à Vila Nova de Castro, berço da atual cidade.

Mas o crescimento da Vila e a designação de um vigário secular para a capela de Sant'Ana do Iapó acabaram desestimulando os carmelitas, que se retiraram para o Rio de Janeiro e para São Paulo. Como faziam muitos proprietários, os carmelitas deixaram a administração da fazenda sob a responsabilidade de um escravo e, de longe, fiscalizavam o seu patrimônio.

Os escravos

Por volta de 1770, as fazendas da região dos Campos Gerais tinham costumeiramente um administrador, denominado “fazendeiro”, que recebia como pagamento parte da produção. Os proprietários viviam em São Paulo, Santos, Parnaíba, Paranaguá ou Curitiba. Em muitas delas os administradores eram escravos, como a Fazenda Furnas, que tinha como “fazendeiro” o escravo Boaventura, a fazenda Limoeiro, dirigida pelo escravo Estevão e a propriedade do tenente Joaquim José, administrada pelo escravo Tomé.

A decisão dos carmelitas de designar como administrador da fazenda o escravo Innocencio não foge, portanto, aos costumes da época. Mas a fazenda Capão Alto ficou mais de setenta anos sob a administração direta e livre dos escravos. Quase um século de liberdade sedimentou um sentimento muito forte entre os negros de Capão Alto, que implantaram uma república negra independente - um quilombo - nas ricas terras dos carmelitas.

Disciplinados pelo trabalho e pela religião - herança deixada pelos frades - os negros de Capão Alto entregaram a chefia do quilombo a Nossa Senhora do Carmo - a “Sinhara” - a quem tinham grande devoção.

Era a imagem de Nossa Senhora do Carmo que todas as manhãs os escravos consultavam para saber o que deveriam fazer durante o dia. Na capela da fazenda, prostrados diante da imagem da santa, rezando longas orações e pedindo bênçãos, estabeleciam as tarefas e enfrentavam a responsabilidade que lhes fora entregue pelos carmelitas.

Mas a experiência prolongada também trouxe ensinamentos valiosos aos escravos de Capão Alto. O comando real da fazenda era entregue, semanalmente, a um dos escravos, eleito por toda a comunidade. A ele cabia a responsabilidade de interpretar as orientações da "Sinhara". Devia, também, suprir as necessidades de todos, vendendo na Vila de Castro o que fosse preciso para garantir o sustento da fazenda e de seus escravos. Ao comandante eleito também cabia administrar os bens, que pertenciam à "Sinhara" e eram intocáveis. Também era sua responsabilidade ministrar e punir rigorosamente todas as irregularidades, depois de uma consulta a Nossa Senhora.

Os carmelitas retiraram-se do Paraná por volta de 1770, deixando a fazenda Capão Alto por conta de seus escravos. Quase cem anos depois, quando quatro gerações já tinham nascido sob a bandeira livre do quilombo, a fazenda, já com cerca de 200 escravos, foi arrendada pelos carmelitas a uma firma paulista. Pelo contrato de arrendamento os negros deveriam ser levados para São Paulo.

Cidadãos livres por quase cem anos, obedientes e dóceis às ordens da "Sinhara", e apenas a ela, os negros do quilombo do Capão Alto não poderiam tomar outra decisão:

— "A Sinhara não nos disse nada. Se ela mandar iremos com gosto, senão, não", diriam eles aos seus compradores paulistas².

Em 1864 os escravos foram efetivamente vendidos pelos carmelitas à Casa Comercial Bernardo Gavião Ribeiro & Gavião, de São Paulo. Em abril desse ano, um representante da empresa, Guilherme Witaker, acompanhou Camillo Gavião à fazenda Capão Alto para buscar os escravos que, amparados pela fé na "Sinhara" e em sua experiência de liberdade, declararam-se cidadãos livres e recusaram-se a obedecer.

Impasse criado, Camillo Gavião recorreu ao delegado de Polícia de Castro. Para enfrentar a obstinação dos negros da comunidade de Capão Alto foi preciso solicitar reforços a Curitiba. O chefe da Polícia da capital, Manoel da Silva, Mafra, ao

2. CASTRO, Paróquia. Capellas nas Fazendas. In: *Livro do Tombo 3*, 1919. p. 235.

verificar os documentos da firma compradora colocou em dúvida a legitimidade da transferência dos negros para São Paulo, por irregularidades constatadas nos comprovantes de pagamento de impostos.

Com isto os escravos ganharam força para se organizar, convencidos de que tinham aliados entre as autoridades policiais. Na verdade, a firma paulista não tinha documentos que comprovassem o pagamento do imposto cobrado sobre a saída de escravos para fora dos limites da Província, o que legalmente impedia a transferência dos ocupantes da fazenda Capão Alto para São Paulo.

Deixar a fazenda, para os negros, significava sem sombra de dúvida o retorno à escravidão, que não poderiam aceitar. Camillo Gavião pressentia, já, as dificuldades que teria para transferi-los para São Paulo. O maior obstáculo não eram as leis mas a resistência dos escravos. Resolveu recorrer ao velho estratagema do colonizador, oferecendo roupas e presentes para conquistá-los. Confiante em sua estratégia, deixou Guilherme Witaker em Capão Alto ultimando os preparativos para a transferência dos escravos e voltou para São Paulo.

Witaker convidou, então, um dos escravos para acompanhá-lo como pajem na viagem a São Paulo, mas o escolhido respondeu que somente deixaria Capão Alto com seus companheiros. E todos voltaram a afirmar que só obedeceriam às ordens da "Sinhara", que nunca havia se manifestado a favor da saída dos escravos da fazenda.

O delegado de Castro não obteve melhores resultados em sua visita a Capão Alto, para advertir os escravos sobre a inconveniência dessa obstinação. O negro Firmino, líder do quilombo, sustentou com ele um diálogo claro, mostrando que os negros tinham a cabeça no lugar e sabiam o que faziam. Os escravos estavam convencidos de que tinham algum apoio oficial que lhes assegurava o direito de permanecer na fazenda.

Mal sabiam eles que o delegado de Castro recorreu novamente ao chefe de Polícia de Curitiba que, desta vez, veio a Capão Alto pessoalmente, acompanhado por 20 soldados. Ao explicar as providências adotadas ao presidente da Província, o chefe de polícia de Curitiba dizia que precisava garantir a autoridade moral dos arrendatários perante os escravos. Mais ainda, mostrava que se não usasse a força, poderia levar os escravos a crer que o governo estava de seu lado.

Mas o que realmente preocupava a todos era o

perigo de que o exemplo dos escravos de Capão Alto se multiplicasse, semeando o germe de uma futura insurreição negra. A luta abolicionista ganhava força no país e o chefe de Polícia de Curitiba acreditava que era preciso cortar o mal pela raiz.

As autoridades policiais sabiam que a documentação da Casa Comercial Bernardo Gavião Ribeiro & Gavião não estava em ordem mas não vacilaram, mesmo assim, em usar a força policial contra os escravos de Nossa Senhora do Carmo.

Os onze escravos apontados como cabeças do movimento foram presos, e no dia 10 de maio de 1864 a fazenda foi cercada, os negros levados ao terreiro. Firmino, o chefe do Quilombo, não se apresentou mas foi preso à força, junto com outros que tentaram impedir sua prisão.

Dominados, os escravos viram a polícia invadir as senzalas, onde encontrara, segundo o relatório do chefe da polícia de Curitiba, facas e facões de serviço do campo e “algumas espingardas carregadas com balas”. Os líderes da resistência do quilombo foram levados às cadeias de Castro e Curitiba e o restante seguiu para São Paulo. Contam os registros da época que os escravos levados como prisioneiros foram depois entregues ao procurador da firma e, mais tarde, vendidos a um “sr. Villela, em Campinas de São Paulo”.

A “ordem” fora mantida.

A lei, não. Os escravos seguiram para São Paulo sem que a firma pagasse os impostos devidos à Província, no valor de 11:800\$000. Um valor bem alto para a época, pois chegou a representar mais da metade da dívida pública da Província. Até 1873, quase dez anos depois de dissolvido o quilombo de Capão Alto pela polícia, a Casa Comercial Bernardo Gavião Ribeiro & Gavião ainda tinha dívidas com a Província do Paraná. E não se sabe se chegou a pagá-las.

O quilombo de Capão Alto acabou em 1864, mas os registros sobre a transferência de escravos do Paraná para São Paulo acusam a venda de apenas 23 escravos da fazenda da Ordem Carmelita Fluminense à Casa Comercial de Bernardo Gavião Ribeiro & Gavião, de São Paulo. Eram mais de 200 os escravos que viviam nas terras de Capão Alto em 1864.

O Barão

A velha fazenda voltou a mudar de dono em 1870, mais de cem anos depois de ter sido doada

para os Carmelitas pelo filho de Pedro Taques de Almeida, o chefe do clã que formou a sesmaria de Capão Alto. Foi vendida pelo Visitador Apostólico da Província Carmelita Fluminense, Frei José Damasio de São Vicente Ferreira, a Bonifácio José Baptista, proprietário e criador abastado, herdeiro da Fazenda Monte Alegre, um dos maiores latifundiários da Província.

O valor da transação, considerado muito baixo - 30 contos de réis, quando só o gado da fazenda valia três vezes mais - despertou comentários maldosos entre os moradores da região. O padre Case-miro Andrzejewski, vigário da paróquia de Castro no início do século, anotou no Livro do Tombo da igreja que, segundo a "língua do povo", Bonifácio Baptista conseguiu a fazenda por preço tão baixo porque "adulava os frades, rezava e jejuava com eles, parando semanas inteiras no convento deles".³

Bajulação, sorte ou tino para os negócios, a verdade é que o poder e a fortuna acompanharam sempre a vida deste legítimo filho da aristocracia rural do Paraná, nascido na Lapa - então Vila do Príncipe - em 1827. Órfão aos dez anos - seu pai morreu assassinado por escravos - passou a infância e adolescência na fazenda Carambeí, na região dos Campos Gerais, onde se familiarizou com a rotina das fazendas de criação e invernada, quase sempre despojada de luxo e conforto.

Auxiliado pelo Comendador Fernando Penteado Rosas, um descendente de lisboetas muito bem relacionado no Rio Grande do Sul, com quem sua mãe se casou em segundas núpcias, o jovem Bonifácio tomou contato com o lucrativo comércio de tropas. Rico, ambicioso e ousado, escolheu como esposa a filha de um dos homens mais ricos da 5ª Comarca, o comendador Manoel Inácio do Canto e Silva, que não consentiu no casamento. Bonifácio não vacilou em utilizar de meios não convencionais para atingir seus objetivos e seqüestrou Ana Luiza Novaes de Canto e Silva, com quem finalmente se casou em 1852. Com diplomacia, Bonifácio acabou construindo com o sogro uma sólida aliança que lhe valeu prestígio político e bons negócios.

Presidente da Câmara Municipal de Castro - espécie de prefeito - por duas vezes, deputado provincial pelo Partido Liberal, Bonifácio José Baptista, com pouco mais de trinta anos já recebia o tratamento de "coronel" e exibia um invejável patrimônio - grande parte por herança da mulher -

3. CASTRO. Paróquia. Capellas nas Fazendas. In: *Livro do Tombo 3*, 1919. p. 234.



de 78 mil alqueires de terra e 14 mil cabeças de gado. Em 1870, quando comprou a fazenda Capão Alto, já era dono de um dos maiores latifúndios da Província, a fazenda Monte Alegre.

Mas Capão Alto parece contar com sua predileção. Foi lá que mandou construir, com técnicas refinadas trazidas de São Paulo, o casarão que trouxe luxo e conforto à vida campeira. Cercado por mobiliário caríssimo, Bonifácio Baptista fixou residência na fazenda, dedicando-se à leitura e formando, com amigos, a Biblioteca Pública de Castro. Esta biblioteca chegou a contar com 6 mil volumes, entre manuscritos, livros de língua portuguesa e livros estrangeiros. Nomes como Rocha Pombo, Nestor Victor, Silveira Netto, Leônio Correia, Emílio de Menezes e Sebastião Paraná, são citados entre os intelectuais que consultaram seu acervo.

Os momentos de glória de Capão Alto duram pouco. Em 1878, com a nomeação de seu concunhado Abelardo Brito para presidente da Província de São Paulo, Baptista deslocou seu interesse para a Capital Paulista. O casarão de Capão Alto passou a ser apenas a residência de verão da família. Quando o imperador D. Pedro II concedeu a Bonifácio o título de Barão de Monte Carmelo, em 1886, as visitas à fazenda tornaram-se ainda mais raras. Em 1893 o Barão colocou-se à disposição das forças vitoriosas da Revolução Federalista e visitou a cidade de Castro pela última vez, encarregado de arrecadar fundos de guerra pelo Governo Provisório do Estado. Morreu em São Paulo, em 1897.

Século XX

1905 - a ferrovia substituiu os velhos caminhos de tropeiros e a "paragem do Iapó" é apenas uma lembrança. Do casarão da fazenda Capão Alto não se vê mais a passagem das tropas onde o rio tinha vau, nem se comemoram mais os grandes negócios de gado. A neta do Barão de Monte Carmelo, Evangelina Prates da Silva Baptista, herdeira da fazenda, casou-se com o médico castrense Javert Madureira. O casal fixou residência em São Paulo. Javert era diretor da Policlínica local, médico da Santa Casa de Misericórdia e da Sociedade Hípica Paulista. Também era diretor da Sílex, companhia de artefatos de esmalte e membro do Conselho Fiscal do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo. Com o capital gerado pela pecuária e pelo tropeiris-

mo lança-se na atividade industrial e financeira.

Em suas fazendas - era também dono da Monte Alegre - Javert empenhou-se em melhorar a qualidade do rebanho, adquirindo reprodutores de boa linhagem. Mas o casarão exerceu, nessa época, outro papel. Era um animado centro social que recebia, com luxo e fartura, a alegre aristocracia de São Paulo para festivas temporadas de verão a convite da família Baptista Madureira. A chegada dos convidados, de trem, era saudada com banda de música e toda a cidade acorria para assistir e admirar o luxo dos visitantes que seguiam para a fazenda em verdadeiros cortejos de carros e charretes.

Javert Madureira é assinalado, na "Genealogia Paranaense", de Francisco Negrão, como "importante fazendeiro capitalista" que chegou a comprar, segundo os costumes políticos da época, o cargo de Secretário de Fazenda do Governo de Vicente Machado.

Mas os laços com São Paulo foram os que deixaram marcas mais profundas em Capão Alto. A chave da capela é a mesma da velha Igreja da Sé de São Paulo. Muito amigo do empresário responsável pela demolição da Igreja, Javert comprou dele a fechadura da porta principal que, depois de reparações e consertos, foi adaptada à porta da Capela de Capão Alto e se transformou numa das atrações da fazenda⁴. Javert Madureira morreu em 1924 mas até 1928 a fazenda Capão Alto ainda era citada como propriedade sua.

Dona Evangelina Prates Madureira não foi feliz na administração dos negócios herdados de seu marido. Crescentemente endividada e desorientada, a viúva de Javert Madureira foi levada a vender a Fazenda Capão Alto ao banqueiro e industrial Vicente Fiorillo, imigrante italiano residente em Castro, em 1943. Segundo registro do cartório do 2º ofício de Castro, o preço final da fazenda era de Cr\$ 888.442,00 mas dona Evangelina recebeu apenas a metade disso e foi obrigada a destinar essa quantia para pagamento e liquidação de seus débitos, particularmente com a Caixa Econômica e com alguns particulares como Horácio Vargas, Ascânio Miró e Ivan Amaral.

Vicente Fiorillo adquiriu os direitos sobre os campos de Capão Alto, sobre o casarão, todas as suas benfeitorias e mais terras de cultura. Em 1946 Dona Evangelina despediu-se da velha fazenda. O vigário da Catedral de Castro, Padre Nicolau, celebrou a última missa na capela do Casarão e conta

4. BROTERO, Frederico de Barros. *Barão de Antonina: apontamentos genealógicos*. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas. s. d., p. 61.

que dona Evangelina “chorava copiosamente”.

O pranto de despedida não era apenas da família Baptista Madureira. Um ciclo da economia paranaense, baseado na pecuária e no comércio de gado, estava terminando. Era o ocaso das grandes fazendas de criação e invernada, dos imensos latifúndios formados por associações familiares, do poder político da aristocracia dos campos gerais.

Um pouco mais e as modernas máquinas nas labouras de soja e trigo quebrarão o silêncio e a paz da fazenda Capão Alto.

O casarão que guarda em suas paredes os segredos de mais de um século de vida campeira não é mais a sede de uma das mais antigas fazendas dos campos gerais e os familiares de Vicente Fiorillo ainda procuraram dar uma destinação produtiva à fazenda. Algumas de suas dependências foram adaptadas para a fabricação de laticínios.

A construção do século XIX, construída com todo o requinte da época, dificilmente terá um papel produtivo no final do século XX, sobretudo na área rural do Paraná, onde a ação modernizadora foi implacável. O casarão não serviu para a produção de laticínios e, em 1979, a fazenda foi novamente vendida. Desta vez, foram os imigrantes holandeses, que estavam na região desde 1911, que compraram a área através da Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda.

Mais de três décadas de abandono causaram enormes danos ao velho casarão. Os antigos proprietários, antes de vendê-lo (1979), levaram praticamente todo o mobiliário original ainda existente e algumas peças de grande valor artístico, como os grandes lavabos decorados, confeccionados em porcelana, que constituíam uma das mais claras demonstrações da riqueza e do luxo da construção.

Mesmo assim suas paredes, sua sólida estrutura, ainda contam em traços claros e fortes, uma parte da história do Paraná, que o Estado e a população precisam preservar.



"Com certo gosto e capricho" (a arquitetura da fazenda)

Situada em plano mais elevado que a cidade de Castro, a sede da Fazenda Capão Alto é circundada por farta vegetação onde predomina o pinheiro - a "araucaria brasiliensis".

O casarão central, voltado para o poente e a nordeste da cidade, foi mandado construir na segunda metade do século XIX pelo "coronel" Bonifácio José Baptista, depois "Barão de Monte Carmelo". Referindo-se ao edifício, diz o cronista Nivaldo Braga em artigo publicado em 1886 na *Gazeta Paranaense*:

"Da cidade de Castro avista-se perfeitamente a nova morada construída pelo actual proprietário, com certo gosto e capricho segundo dizem. Apresenta uma bella e imponente perspectiva, contemplada de longe no meio do campo e sobresenhindo das ondulações de uma série de lombas que se sucedem. Há estradas para carros, entre a cidade e a fazenda. Aos fundos desta chega-se também pelo Yapó, em canoas".⁵

O terreno sobre o qual se levanta a casa principal é plano, estendendo-se depois em leve declive, na direção do vale do Iapó.

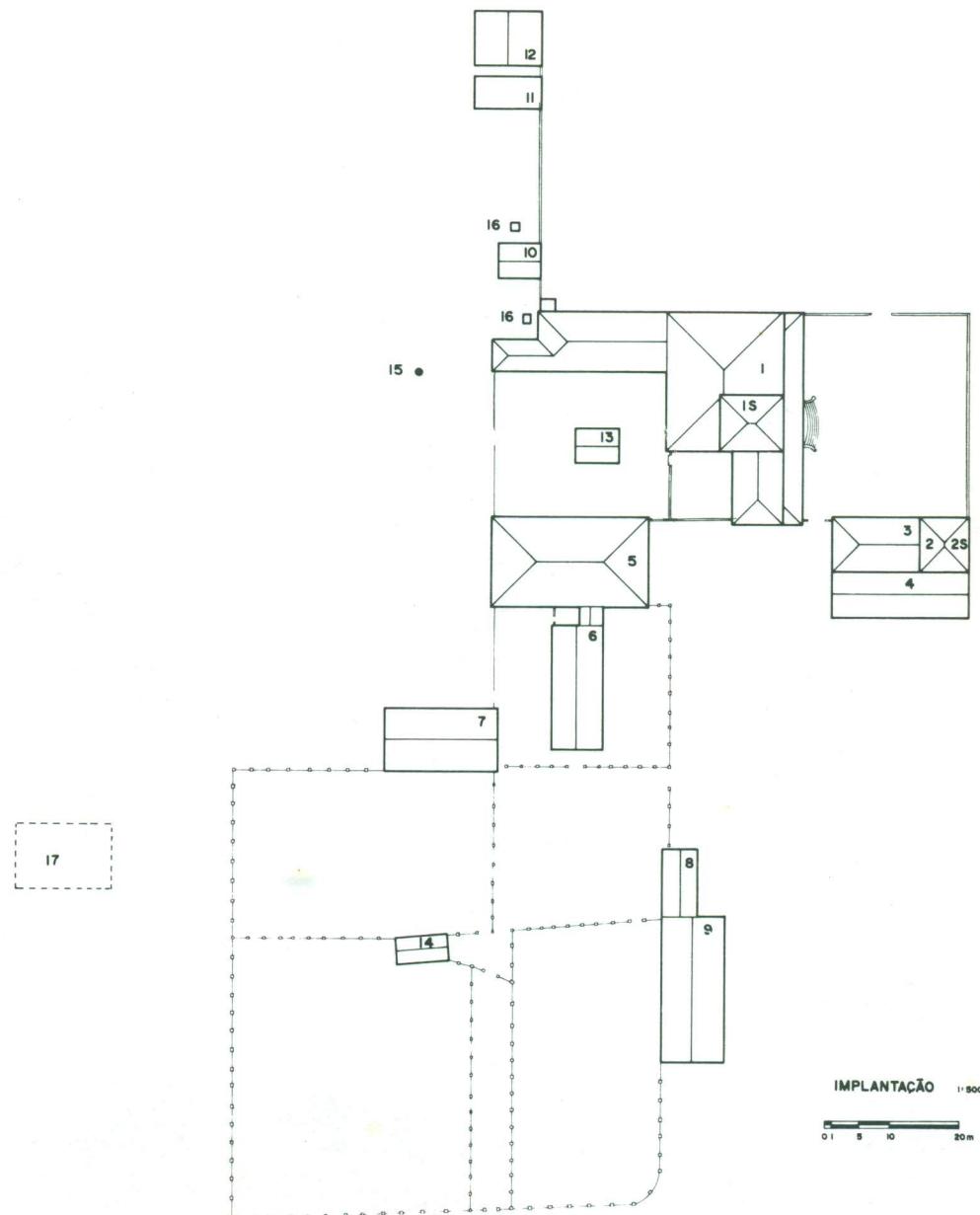
5. BRAGA, Nivaldo. Os escravos do Capão Alto. In: *História da Província do Paraná*. Cap. 2. (Cópia datilografada com a indicação: "Publicado no Jornal a Gazeta Paranaense no anno de 1886").



Fachada lateral sul. Quatro grandes janelas, e os cunhais salientes, delimitam o corpo central. Observa-se o perfil da varanda frontal, com abertura independente e o mirante. Atrás, uma parte da face externa do apêndice de serviços. 1982.



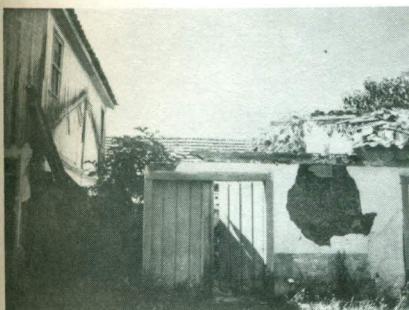
Fachada principal do Casarão da Fazenda Capão Alto. Destacam-se a escadaria de acesso, a varanda com gradil do final do século 18 e o mirante que se eleva sobre a curiosa assimetria do telhado. 1984.



FAZENDA CAPÃO ALTO

O conjunto arquitetônico da Fazenda compõe-se de 12 edifícios distintos, além de 5 outras unidades complementares: casa-sede, casa do capataz, depósito-celeiro e casa dos arreios, cocheira, fábrica de queijos, estábulos, celeiros, aviários e depósito.

O casarão principal abre-se para um pátio cercado por muros e pela parede do que terão sido a casa do capataz e o depósito-celeiro e casa de arreios, ligados por sua vez a uma cocheira. Aos fundos há outro pátio menor, ladeado pelo apêndice de serviços do edifício principal e pela dependência onde se fabricava queijo. Esse pátio é limitado por uma cerca de madeira, e em seu centro localiza-se um poço e um tanque sob área coberta.



Detalhes do estado de deterioração da casa do capataz e do depósito de arreios. Situação em 1985.



O pátio de serviços, nos fundos do Casarão. Em primeiro plano, o poço e o tanque sob pequena área coberta. Atrás, sobressaem, ainda, o mirante e o corpo da capela. 1982.



Visão da queijaria, que se abre para o pátio posterior do Casarão, do outro lado do apêndice de serviços. 1984.



Vista geral do conjunto de edifícios que delimitam o pátio frontal do Casarão: casa do capataz, depósito de arreios e cocheira. Misturam-se aí a taipa de pilão, a alvenaria de tijolos e a madeira. 1985.

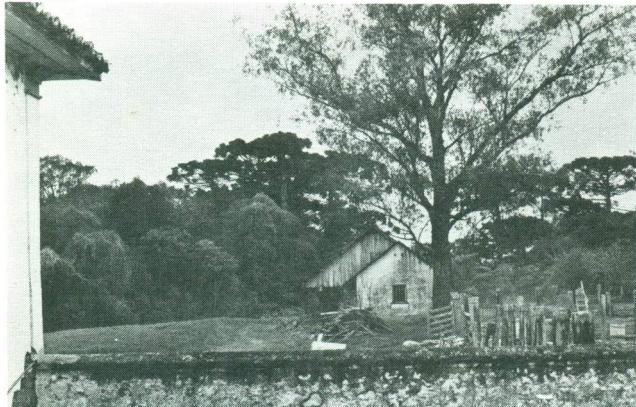
Unida à queijaria, do outro lado do casarão, encontra-se uma área apenas coberta, que teria servido como estábulo. Próximo a ela levantou-se uma construção posterior, com muros laterais e portões muito largos que terá sido, possivelmente, outro estábulo, com o desvão da cobertura servindo para armazenamento de feno. A partir desse subconjunto estende-se uma grande área livre, dividida em vários setores por cercas em peças maciças de pinheiro: são os currais da fazenda, ladeados também por mais duas construções, a última das quais tem todas as características de um celeiro, com sótão igualmente aproveitável como armazém.

No centro da área dos currais vê-se o brete onde os animais eram marcados.

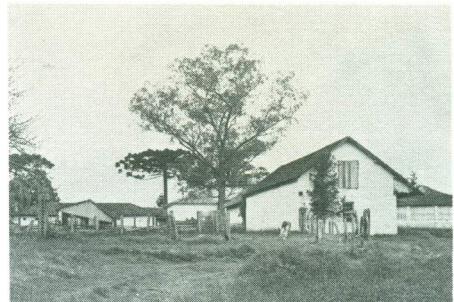
De grande significação para o conjunto são as ruínas da famosa Capela de Santo Antônio, testemunha do tempo em que a fazenda pertenceu aos frades carmelitas, no século 18.

Do lado oposto a essa grande área dedicada aos serviços pastoris da propriedade há finalmente outras três edificações, próximas às dependências de serviço doméstico da casa-sede e unidas entre si por um muro semelhante ao do pátio frontal. Foram identificadas, em princípio, como aviários e depósito.

Não foram encontrados, até hoje, os documentos originais relativos às construções da fazenda, o que torna difícil distinguir entre o que é parte da edificação primitiva e o que foi posteriormente acrescentado ao conjunto construído por volta de 1870.



Fachada sul do celeiro e do provável alojamento de empregados. Este último tem paredes de estuque. Observa-se o oitão do celeiro, em madeira, com terminação em balanço. 1982.



Visão panorâmica da fachada oeste de duas edificações secundárias, situadas à direita do Casarão: a estrutura maior é um grande celeiro; ligado a ele vê-se o que parece ter sido um alojamento de empregados. 1982.



Fachada norte do grande celeiro à esquerda do Casarão. O edifício foi construído em alvenaria de tijolos e coberto com telhas francesas. 1982.

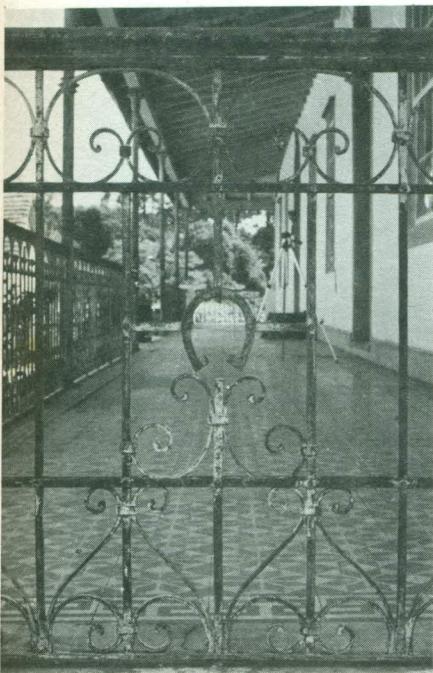


Detalhes do brete - local para a marcação dos animais. Observa-se as peças maciças de madeira e a cobertura de zinco. 1984.

O CASARÃO PRINCIPAL (A CASA-SEDE)



Detalhe da varanda frontal, com suas colunas e gradil de ferro típicos do final do século 19. Os condutores das águas pluviais são embutidos nas colunas. 1984.



Detalhe do gradil da varanda que, segundo indícios não comprovados, teria sido importado de Portugal. Destaca-se também o piso da varanda, revestido com ladrilho hidráulico - uma fórmula rudimentar mas de grande durabilidade - que hoje volta a ser valorizado. 1984.

A casa-sede da fazenda foi levantada sobre um porão alto - uma característica da arquitetura da segunda metade do século 19 - e obedece à divisão tradicional das casas de fazendas brasileiras: salões sociais - incluindo oratório ou capela - dispostos ao longo da fachada principal; grandes e íntimos salões na parte posterior do corpo central; quartos abertos para as fachadas laterais; e nos fundos, ligados à casa por uma varanda, o apêndice de serviços e o banheiro.

Fugindo ao padrão, neste edifício o acesso se dá diretamente pela sala de visitas e não por meio de um corredor central - o qual, neste caso, foi reduzido e deslocado do eixo da construção.

O fato de o corpo principal do casarão não apresentar forma retangular - como é comum nesse tipo de construção - levanta dúvidas e instiga a elaboração de hipóteses sobre a edificação original e as modificações por ela sofridas ao longo do tempo.

É possível que inicialmente o corpo central da casa fosse retangular, incorporando-se a ele, mais tarde, a capela (sala do oratório), a varanda frontal e o mirante. Mas é possível também que o casarão tenha sido construído propositadamente de forma irregular, com previsão para uma ampliação posterior, que completaria o retângulo e recuperaria ao mesmo tempo a simetria da cobertura, cuja ausência chama a atenção do observador mais atento.

A varanda frontal foi certamente construída depois de terminado o corpo principal da estrutura, o que se evidencia na maneira pela qual ela se sobrepõe aos cunhais da casa e pela forma como o balcão do mirante se projeta sobre o seu telhado.

Entra-se no casarão por duas portas principais, sob a varanda: uma delas leva diretamente à sala da capela, que se abre para o interior restante da casa, pela sala de visitas; a outra porta dá para o saguão que conduz, através de três diferentes tipos de vão, à sala de refeições, a uma alcova e a um quarto ligado à sala de visitas.

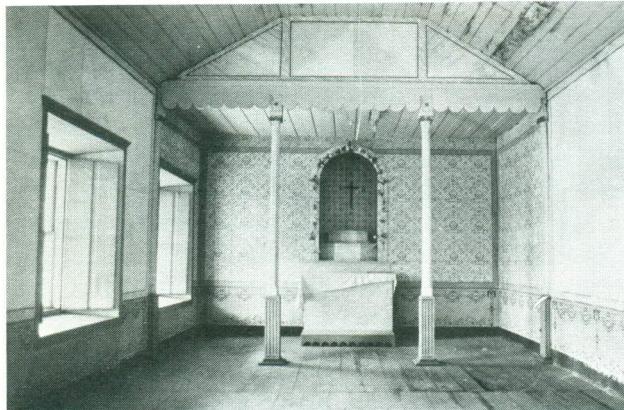
A sala de visitas comunica-se ainda com uma sala-de-estar e com outra alcova.

Um pequeno corredor central abriga uma escada de madeira, de um só lance, pela qual se chega ao pavimento superior, de onde se projeta o mirante, sobre o telhado da varanda. A escada termina numa ante-sala que se comunica com um vestiário e um quarto, o qual se abre para uma saída corrida por meio de duas portas-janelas.

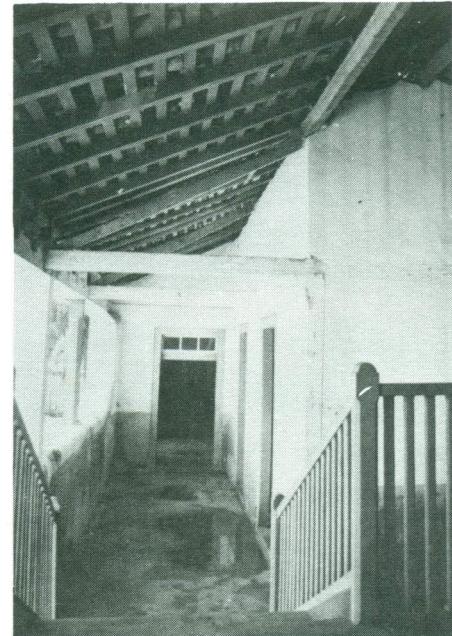
Pelo corredor chega-se também à sala de refeições, ao fundo, interligada a uma sala-de-estar lateral e a dois quartos. Através desta sala se faz, finalmente, a ligação com o apêndice da casa, onde se tem todo o serviço e o banheiro, ligados entre si e com a casa por uma grande varanda.



No prolongamento da varanda, observa-se as unidades de serviço: cozinha, depósitos, etc. Nota-se a parede, em taipa de pilão, recortada a meia altura, ampliando a comunicação com o grande pátio de serviços. 1984.



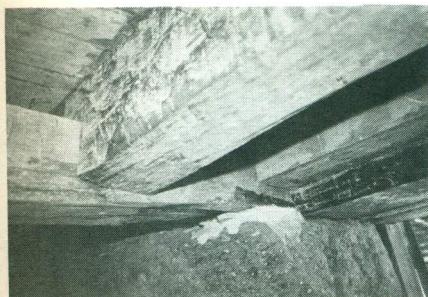
A sala da capela, observando-se as colunas em madeira que sustentam o forro rebaixado que serve como cobertura para o altar, com seu nicho embutido na parede. 1984.



Vista interna da varanda que interliga o corpo central às dependências de serviço. Observa-se as estruturas de madeira - escada e cobertura -, e a meia-parede em taipa de pilão que abre o apêndice para o pátio posterior. 1984.



Uma varanda lateral articula o apêndice de serviços domésticos com o corpo central do Casarão, por meio de uma pequena escada com parapeito e portão de madeira. 1984.



Detalhe do porão do corpo central, observando-se o madeiramento que forma a estrutura do piso. 1984.



O corpo central do Casarão apóia-se sobre um porão alto, levantado em taipa de pilão. 1984.



Detalhe do ladrilho hidráulico do piso da varanda frontal. Desenho de flores estilizadas emolduradas por uma barra geométrica. 1984.

O casarão do Capão Alto foi construído, basicamente, com a técnica da "taipa de pilão" (ver, mais adiante, uma descrição dessa técnica). São de taipa de pilão o porão, que serve de base para a estrutura do edifício, e todas as suas paredes externas, com exceção do mirante. Todas as paredes internas são de estuque.

No apêndice de serviços as paredes são igualmente de taipa de pilão, exceto na sua parte posterior, construída em alvenaria de tijolos.

É também de tijolos o embasamento e a escada central semi-circular da varanda da frente, cuja estrutura superior apresenta colunas e guarda-corpo de ferro fundido, com elementos característicos do final do século 19. O parapeito é de madeira.

O mirante é o elemento central, que empresta uma característica própria à fachada do casarão. Possui, além de 2 portas-janelas, uma sacada corrida com gradil em ferro fundido, também do final do século 19, como a varanda frontal. A cobertura é em quatro águas e sua pequena cumeeira é perpendicular à fachada principal.

O piso da varanda também se destaca com seus ladrilhos hidráulicos decorados em duas cores, com desenhos geométricos em forma de flores.

Internamente à casa, chama a atenção uma faixa decorativa que se eleva nas paredes da sala da capela, até um quarto de sua altura. No altar essa mesma faixa se prolonga até o forro. É uma decoração típica do final do século 19 e início do século 20, realizada com pintura de rolo sobre chapa de papel. O mesmo estilo de acabamento enfeita os cômodos restantes do corpo principal do casarão,

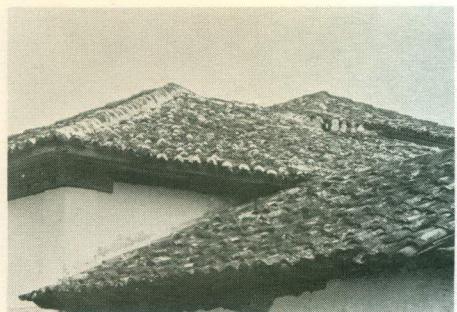
mas as paredes mais exuberantemente decoradas são as das salas frontais, onde se utilizou mais de duas cores, sempre com motivos florais. Nas alcovas e em outros cômodos secundários as paredes apresentam friso com arabesco numa só cor - o azul.

As paredes internas do mirante também apresentam decoração. No entanto, se destaca sobre os demais o desenho do forro "saia e camisa", com acabamento em semi-círculo.

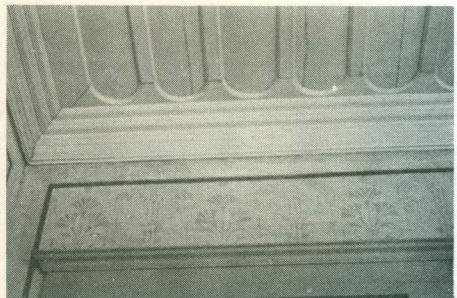
O telhado do corpo principal do casarão, em seu retângulo maior, é em quatro águas, destacando-se nele o mirante, com cobertura também em quatro águas.



Uma das portas-janelas que abrem o mirante para o exterior do Casarão através de uma pequena sacada corrida. 1982.



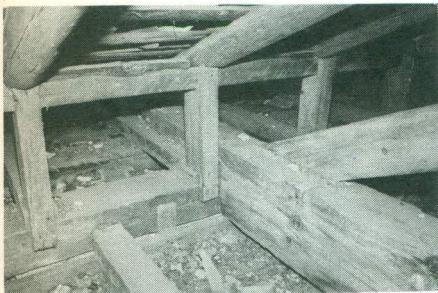
Detalhe dos telhados: encontro da cobertura do corpo central do Casarão com o apêndice de serviços. No topo vê-se ainda o telhado do mirante. 1984.



No forro do mirante - pavimento superior - as tábuas são também do tipo "saia e camisa", mas apresentam o arremate em semi-círculo. 1984.



Detalhes do forro em duas salas frontais do corpo central do Casarão. O tabuado é do tipo "saia e camisa" com cimalha (arremate horizontal). Observa-se também a pintura das paredes. 1984.



Detalhe da estrutura da cobertura no corpo central. Observa-se o frechal duplo, feito com peças toscamente esquadriadas, em pinheiro (*araucária brasiliensis*). 1984.



Espigão do telhado do corpo central do Casarão.
Detalhe da estrutura de sustentação. 1984.

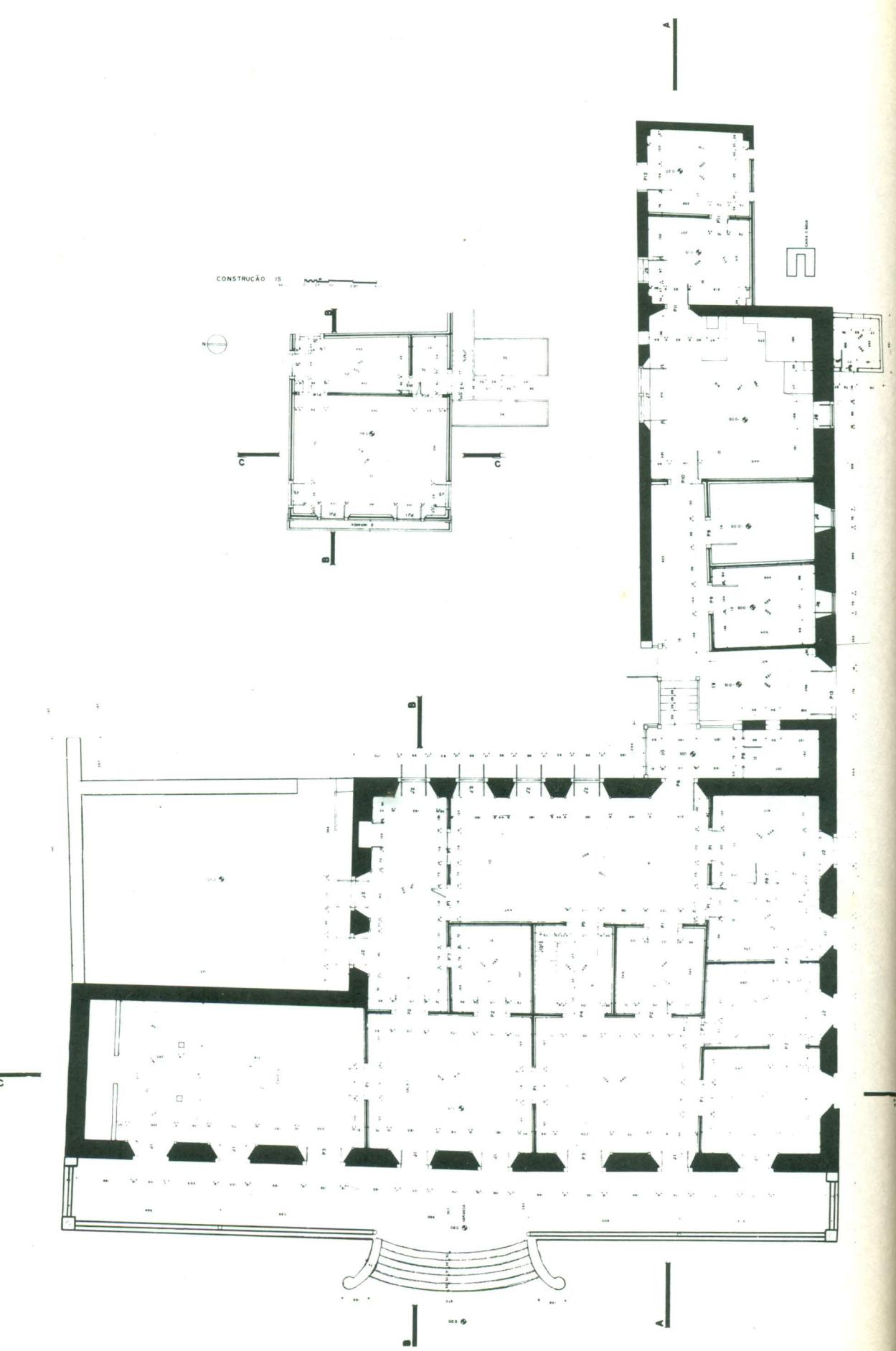


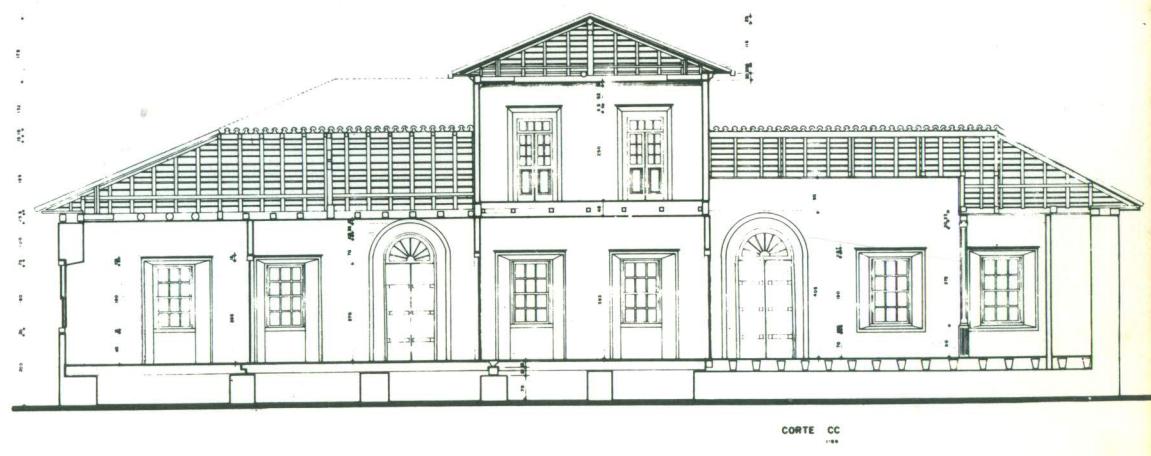
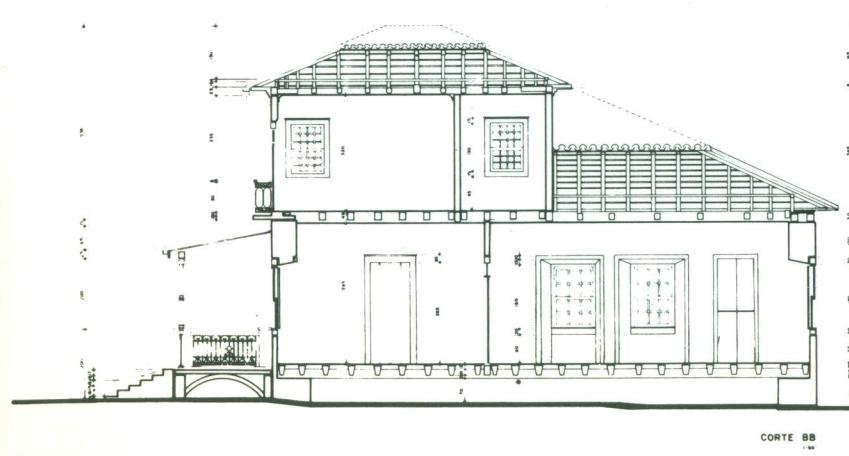
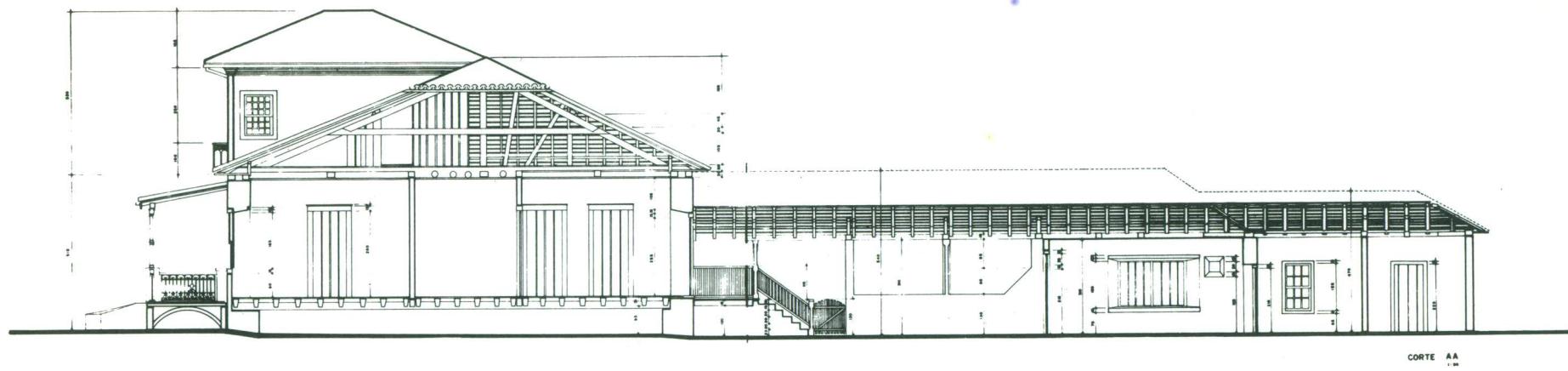
Detalhe do altar, na sala da capela. 1984.

No apêndice de serviços o telhado é em três águas, com estrutura bastante simples, como é normal nessas edificações: as cumeeiras e os caibros são apoiados diretamente nas paredes. No caso do corpo central essa estrutura é bem mais pesada e complexa, compondo-se de um sólido entrelaçamento de ripas, caibros e tesouras (francesas) sobre frechais e pontaletes que se apoiam nas paredes mestras da casa. As peças que constituem as tesouras, os frechais e as cumeeiras, foram toscamente esquadriados, em seção retangular. Para os caibros foram utilizados ao natural, com corpo e casca, troncos de pinheiros jovens.

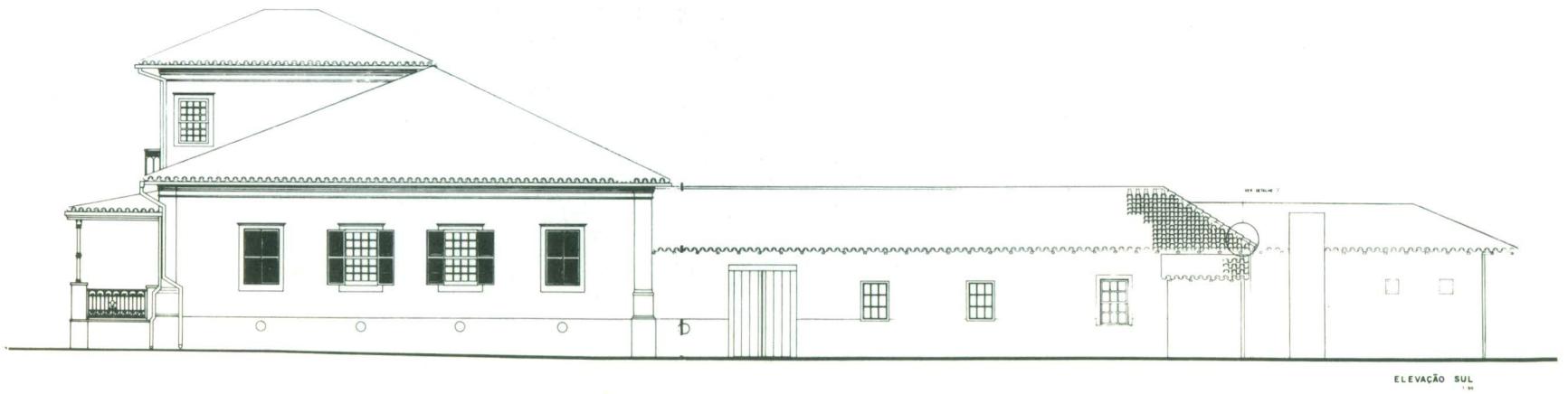
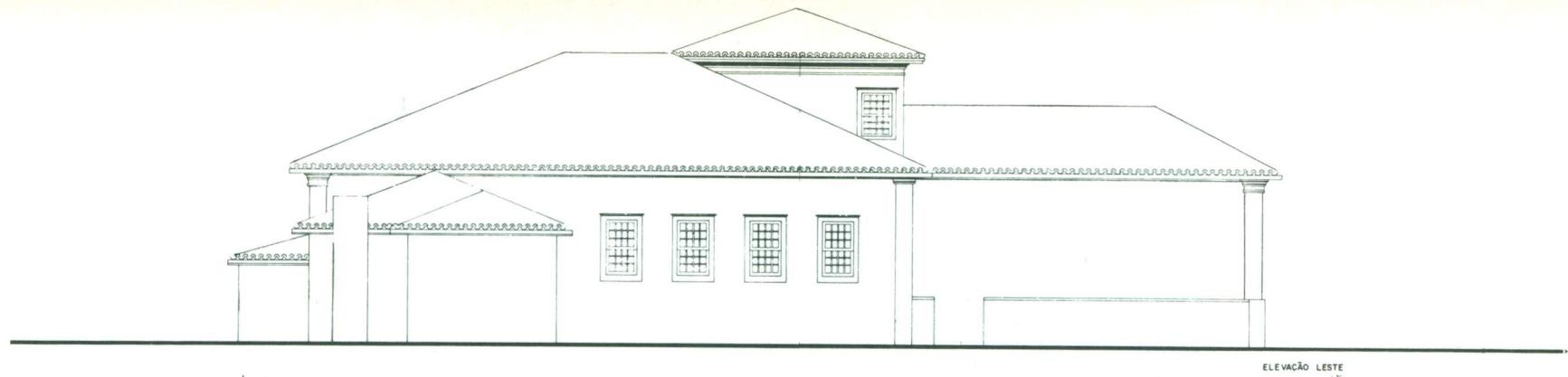
Independente dos demais, o telhado da varanda frontal é muito simples, em três águas, apoiado em estrutura de madeira sobre colunas de ferro.

Em toda a sua extensão, o telhado da casa foi recoberto com telhas cerâmicas do tipo "capa e canal", hoje emboçadas.











Uma nova “Paragem do Yapó”: critérios de restauração do casarão da fazenda

Segundo a “Carta de Veneza”, da Unesco, onde se propõe critérios e recomendações quanto à conservação e restauração de edifícios de valor histórico-cultural, “o monumento é inseparável da História da qual é testemunho e também do meio no qual está situado”. Para os signatários da Carta (o Brasil é um deles), a recuperação física desse tipo de edificações deve ser considerada “uma operação de caráter excepcional”, a ser realizada com o objetivo de “conservar e revelar os valores estéticos e históricos” do monumento, e é fundamental que respeite os “elementos antigos e as partes autênticas” do mesmo. A restauração deve também ser “sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.”⁶

De outro lado, a reinserção desse tipo de edificação recuperada, no contexto sócio-econômico e cultural da comunidade a que pertence, faz com que o monumento passe a ser encarado operacionalmente, considerando-se mesmo valiosa a sua utilização como elemento prático e dinâmico de um ativo e presente processo histórico.

As normas de Quito, também da Unesco, fazem referência aos monumentos histórico-culturais e ao seu aproveitamento como equipamento de turismo, ressaltando que os valores culturais que lhes são próprios não perdem sua natureza nem se comprometem ao se vincularem a esse tipo de atividade. Tal vinculação é, na verdade, considerada importante e significativa, uma vez que atrai para o local do monumento, um número sempre crescente de visitantes.⁷

Adequadamente restaurado, o casarão da Fazenda Capão Alto pode transformar-se não apenas numa lição viva da História, mas também em legítimo e palpável motivo de orgulho e afirmação da dignidade da comunidade local e nacional a que

6. CONGRESO INTERNACIONAL DE ARQUITECTOS Y TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS, 2. Veneza, Icomos, 1966, v. 1, p. 18.

7. REUNION SOBRE CONSERVACION Y UTILIZACION DE MONUMENTOS Y LUGARES DE INTERES HISTORICO Y ARTISTICO, Quito, 1968. *Informe final; normas de Quito*.

pertence, além de pólo de dinamização econômica local.

Nesse sentido, é de suma importância a integração das ações de preservação e recuperação do conjunto arquitetônico da Fazenda Capão Alto com as atividades voltadas à sua promoção turística - e a integração de ambas as ações, por sua vez, num só plano econômico de desenvolvimento regional.

Levando em conta estas considerações, a Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria da Cultura e do Esporte do Paraná elaborou para a Fazenda Capão Alto um projeto de restauração que possibilita a utilização do seu conjunto de edificações como pousada turística, prevendo-se o menor volume possível de alterações em sua constituição original.

A reabilitação do conjunto, realizada sobre uma infra-estrutura já existente, não será uma operação necessariamente mais onerosa do que seria a de uma construção nova.

Localizado em área rural de excepcional beleza, o casarão, hoje protegido pelo Tombamento Estadual do Paraná, poderá vir a oferecer excelentes condições de lazer e repouso àqueles que necessitem ou desejem desfrutar dos benefícios da vida campestre.

O município de Castro, que abriga a Fazenda, não dispõe de um bom equipamento hoteleiro, situação que contradiz, aliás, a sua origem histórica - a "paragem do Iapó", ponto estratégico do pouso e passagem na "Rota dos Tropeiros", que movimentou e ativou as economias do sul e do centro-sul do País nos séculos 18 e 19.

A restauração do complexo arquitetônico da Fazenda Capão Alto, e sua transformação numa pousada, pode dar a Castro e ao Paraná a sua primeira Pousada com raízes históricas.

Na perspectiva do Projeto proposto pela Secretaria da Cultura e do Esporte, a "Pousada do Capão Alto" com capacidade para 40 hóspedes, além das condições mínimas necessárias à hospedagem (quartos e apartamentos), de acordo com as normas da Embratur, oferece amplas áreas de lazer (churrasqueiras, piscinas, play-ground, sala de jogos, charretes e cavalos de passeio) e diversas áreas de estar.

Eis alguns dos principais itens do projeto de restauração e revitalização do casarão:

- Revestimento das paredes e pisos de banhei-



ros com elementos reversíveis, protegendo-se desta forma os elementos existentes.

- Utilização de técnicas modernas na recomposição de telhados e paredes que ruíram, reconstruindo-se toda a dimensão e o aspecto original do conjunto.

- Intervenções cautelosas na estrutura das edificações, de modo a garantir o respeito à técnica construtiva original.

- Intervenções cautelosas também em áreas adjacentes ao casarão, para a criação de espaços de circulação entre os vários edifícios, de estacionamento para os carros dos hóspedes e de áreas externas de lazer.

- Utilização plena, na medida do possível, dos espaços existentes, sem descaracterizá-los.

- Manutenção dos pátios frontal e posterior do casarão, onde se evidencia a influência urbana na concepção arquitetônica do casarão.

- Concentração das atividades de lazer num setor intermediário entre as edificações que abrigarão os hóspedes, composto com piscinas para adultos e crianças, play-ground, área coberta para churrasco e área para jogos.

- Manutenção dos pilares de madeira dos currais, com a recolocação de elementos horizontais entre eles, para delimitação de espaços.

- Pavimentação dos caminhos para a circulação entre os diversos edifícios, com paralelepípedos espaçados, de modo a permitir o crescimento de grama entre eles.

- Manutenção das funções básicas do edifício da casa-sede, quanto à distribuição espacial interna.

- Manutenção do espaço da capela para o mesmo uso e também como sala de concertos.

- Utilização do mirante como área de estar e lazer de uso comum, para que todos os hóspedes possam desfrutar do espaço e da visão panorâmica que oferece. Para essa utilização não será necessária qualquer intervenção na estrutura existente, preservando-se assim toda a sua harmonia original.

- Localização da sala de refeições, da cozinha e da despensa no apêndice de serviços da casa, mantendo-se o uso original deste espaço.

- Conservação dos equipamentos originais existentes na cozinha, como os fogões a lenha, o forno de lastro e a pia; utilização do espaço restante como copa e cozinha, com área de armazenamento e refrigeração.



Um artesanato sólido (a técnica da taipa de pilão)

A taipa de pilão - utilizada no porão e paredes externas do casarão da Fazenda Capão Alto - é um sistema construtivo cuja matéria-prima é a terra, sem nenhum beneficiamento anterior. De baixo custo e de fácil execução, foi amplamente empregada em todo o país, desde os tempos coloniais, predominando contudo nas regiões de São Paulo e Goiás, onde é utilizada até hoje.

Muitas são as vantagens, além da resistência e durabilidade das construções, que explicam a persistência de seu uso: a taipa oferece um bom condicionamento térmico, protegendo o habitat do homem contra a umidade; não é inflamável; não se deteriora com facilidade; resiste bem aos cupins; e é de ótima qualidade como isolante acústico.

Na técnica específica da taipa de pilão - diferente da taipa de mão ou pau-a-pique e estuque

que supõem uma estrutura de madeira - o construtor levanta paredes contínuas de terra úmida prensada no local, em formas especiais de madeira. Uma vez assentada uma linha ou seção, as fôrmas são retiradas para a prensagem de outras unidades que constituirão nova linha ou seção sobreposta à anterior.

Tradicionalmente, o apiloamento da terra era realizado com a força das próprias mãos. Hoje, em alguns lugares onde essa técnica ainda é utilizada, os construtores lançam mão de prensas a ar comprimido. Em qualquer dos sistemas utilizados, cada seção da parede em taipa de pilão só será considerada pronta quando o ruído produzido pelo toque de uma ferramenta sobre a fôrma for um som surdo, claro e ressonante⁸.

As paredes de taipa de pilão, longe de serem consideradas frágeis, são estruturas maciças e monolíticas. Contudo, podem ser facilmente destruídas por seu principal inimigo - a água.

A ação erosiva da chuva rompe as paredes mal protegidas, mas pior que ela é a ação da água residual - lenta e contínua -, sobretudo quando a taipa está sujeita a vibrações, que neste caso atuam como acelerador do processo de destruição.

Os inconvenientes da taipa de pilão, todos eles relacionados com a ação destrutiva da água, exigem cuidados especiais para a proteção desse tipo de construção: as paredes devem necessariamente ser rebocadas com uma mistura de terra e cal, e antes disso, durante todo o período de secagem, os blocos apiloados não podem dispensar uma boa proteção contra a chuva; a umidade que sobe do solo também oferece perigo, e exige uma adequada impermeabilização na base das paredes⁹.

Ao lado dos inconvenientes contudo, ganha em extensão a lista das vantagens da taipa de pilão como sistema construtivo: utiliza pouca madeira; não existe lugar especial para armazenamento da matéria-prima; é rápido, não necessitando de tempo de cura para a preparação dos blocos; e graças à utilização de formas grandes, permite levantar uma ampla extensão de parede com apenas uma operação. Os blocos construídos por este sistema não apodrecem, não favorecem o desenvolvimento de parasitas e compõem paredes perfeitamente homogêneas e firmes, sobretudo quando o terreno oferece uma boa base para a construção.

Não é qualquer tipo de terra que é utilizada nas construções em taipa de pilão. De acordo com

8. KERN, Ken. *La casa autoconstruída*. Barcelona, Gustavo Gili. 1979.

9. VIÑUALES, Graciela María. *Restauración de arquitectura de tierra*. Tucumán, Faculdade de Arquitetura y Urbanismo. 1981. 66 p. il.

- conhecedores da técnica (na França), os melhores resultados são obtidos a partir de uma composição bem dosada na qual entram principalmente areia, argila e terra vermelha, não-orgânica e não muito úmida¹⁰. Num estudo sobre essa técnica, Fernando Leal¹¹ afirma que “são próprias para a taipa todas as terras medianamente gordas, como as que nas escavações dão torrões, mais ou menos consistentes que só desmangkanam à pancada de olho de enxada”. Segundo ele, essas terras devem ser saibrosas, mas os fragmentos de pedra não devem ter espessura superior a um centímetro.
- Quando o barro de que se dispõe não apresenta boas condições para o apiloamento, pode-se ainda corrigi-lo com agregados especiais, como a cal.
- O reboco, ou revestimento, desempenha um papel fundamental de proteção às construções em taipa de pilão, dando-lhes o acabamento liso de superfície e isolando as paredes da umidade atmosférica.
- Os revestimentos utilizados sobre a taipa de pilão são em geral constituídos de mesclas mais ricas que o material das paredes, mas não ao ponto de adquirirem composição mais consistente do que este, uma vez que com o tempo se tornariam mais pesadas e perderiam sua aderência.
- Um dos agregados mais comuns utilizados para enriquecer a mescla dos rebocos, na taipa de pilão, é a fibra vegetal. Há casos em que se utiliza o gesso diretamente sobre a parede de barro, mas este sistema é de difícil e delicada conservação.
- Normalmente, a pintura das paredes de taipa de pilão é feita à base de cal, com pigmentação em pó. Mesmo que tradicionalmente se tenha utilizado a caiação ou a pintura à água, pode-se também fazer uso de tinta a óleo ou latex. Estes tipos de bases servem ainda como impermeabilizantes exteriores, e são aplicados com a parede bem molhada.
- Alternativamente à pintura, as paredes de taipa de pilão podem ser revestidas com azulejos, aplicados com cal ou cimento na mistura da argamassa, e mais um elemento de união com o barro da parede. Utiliza-se também o empapelamento, que pode conservar-se em bom estado durante muito tempo, caso se tenha dado proteção suficiente à parede, contra a umidade externa e interna¹².

10. CENTRE DE RECHERCHE ET D'APPLICATION TERRE. *Construire en terre*. Paris.

11. LEAL, Fernando Machado. Estabilização e conservação das edificações. In: *Restauração e conservação de monumentos brasileiros*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1977 (cap. 2, p. 30-131).



Em defesa de nosso patrimônio cultural (conclusão)

13. BRAGA, Nivaldo. Os escravos do Capão Alto.
In: *História da Província do Paraná*. Cap. 2. (Cópia datilografada com a indicação: "Publicado no Jornal a Gazeta Paranaense no anno de 1886").

Desde quase um século, da cidade de Castro, “avista-se perfeitamente a nova morada... [que] apresenta uma bella e imponente perspectiva, contemplada de longe...”¹³

Ao longo desse tempo o conjunto de edificações da Fazenda Capão Alto cresceu, modificado-se, adaptou-se a várias funções: viveu. Marcas dessa vida ficaram gravadas no seu corpo e, com elas, um pedaço da história da região.

Este trabalho é um primeiro passo no sentido de resgatar esse momento do nosso passado. Divulga-se uma pesquisa, ficam registrados um período histórico e seus testemunhos. Mas é possível fazer muito mais.

A restauração das construções e preservação de seu entorno, entendidas como agenciamento para uso contemporâneo e executadas segundo critérios que respeitem e revelem os significados mais importantes que o monumento encerra, abririam a possibilidade de se visitar o local, habitar suas construções, sentir seus espaços.

Essa experiência viva é infinitamente mais rica e acessível.

É a forma verdadeiramente eficaz de conhecer o passado e fazê-lo presente.

Hoje, abandonadas há décadas, as construções agonizam. Como muitos outros testemunhos de nosso passado — monumentos, sítios arqueológicos, coleções de documentos, fotografias e obras de arte — a Fazenda Capão Alto está ameaçada de desaparecimento.

Fazê-la reviver e contar sua história é tarefa que não cabe apenas a um órgão de governo, mas a todos a quem interessa ouvi-la.

Referências bibliográficas

ARQUITETURA civil I. São Paulo, FAUUSP, MEC-IPHAN, 1975. 330 p. il. (Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1).

ARQUITETURA civil II. São Paulo, FAUUSP, MEC-IPHAN, 1975. 260 p. il. (Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2).

BAHIA. Governo do Estado. Secretaria da Indústria e Comércio. IPAC-BA *inventário de proteção do acervo cultural; monumentos e sítios do Recôncavo*. Salvador, 1982. v.3 pt.2. il. mapas, plantas.

_____. _____. ; monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina. Salvador, 1980. v.4. il. mapas, plantas.

BORBA, Oney Barbosa. *Pequena história de Castro*. Curitiba, Vicentina, 1972. 86 p.

_____. *Povoadores dos Campos Gerais do Paraná*. Curitiba, s. ed., 1969.

BRAGA, Nivaldo. Os escravos do Capão Alto. In: _____. *História da província do Paraná, cap.2. (Cópia datilografada com a indicação: Publicado no Jornal a Gazeta Paranaense no anno de 1886)*.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no Estado do Paraná*. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1928, 574 p.

BROTERO, Frederico de Barros. *Barão de Antonina; apontamentos genealógicos*. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, s.d. p.61-2.

CASTRO, Paróquia. Capellas nas Fazendas. In: *Livro do Tombo*, 3. 1919. p. 234-235

_____. Paróquia. *Livro do Tombo* 1. 1779. p. 1-2

CASTRO volta a hospedar bem. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 28 jan. 1980.

CENTRE DE RECHERCHE ET D'APPLICATION-TERRÉ. *Construire en terre*. Paris,

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITECTOS Y TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS, 2. Veneza, ICOMOS, 1966. v.1. p. 1-8.

CONGRESSO DE AMSTERDAM. *Manifesto de Amsterdam*. 1975.

CURSINO DE MOURA, Paulo. *São Paulo de outrora*. São Paulo, Melhoramentos, 1936.

FERRARINI, Sebastião. *A escravidão negra na província do Paraná*. Curitiba, Lítero-Técnica, 1971. p.42 e 105.

FERREIRA, José Damasio de São Vicente. Venda da fazenda de criação de gado e cultura denominada Capão Alto, confrontando ao N.O. pelo rio Iapó, ao N. com a fazenda Tabor; ao S. pela Onça; com fundos ou testadas, no sertão da Marinha que demora a Leste, comprehendendo Campos-Campinas, mattos e logradouros, por sesmaria e posses, caças, mangueiras e todas as dependencias. Adquirido por Bonifácio José Baptista por trinta contos de reis a 27 de junho de 1870. CASTRO. Cartório de Registro de Imóveis. *Livro 1-3*, Castro, p. 1-2.

KERN, Ken. *La casa autoconstruida*. Barcelona, Gustavo Gili. 1979.

LEAL, Fernando Machado. Estabilização e conservação das edificações. In: *Restauração e conservação de monumentos brasileiros*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1977. cap.2 p.30-131.

_____. *Restauração e conservação de monumentos brasileiros; subsídios para seu estudo*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1977. 171 p. il.

LEÃO, Ermelino Agostinho de. *Contribuições históricas e geográficas para o dicionário do Paraná*. Curitiba, Graphica Paranaense, 1926. v.1, p. 306-7.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Povoamento dos Campos Gerais. In: BALHANA, Altiva Pilatti et alii. *Campos Gerais, estruturas agrárias*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1968, 268 p.

MOREIRA, Júlio Estrella. *Caminhos das comarcas de Curitiba e Paranaguá; até a emancipação da Província do Paraná*. Curitiba, Imprensa Oficial, 1975. v.2, p.650-1.

NEGRÃO, Francisco. *Genealogia paranaense*. Curitiba, Impressora Paranaense, 1926-1950. v.1, p.416.

PARANÁ. Presidentes, 1865-1866 (Pádua Fleury) *Relatório de 21 de março de 1865*. Policia da Província. Curitiba, Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1865. p.1-4.

PARANÁ. Presidentes, 1865-1866 (Pádua Fleury) *Relatório de 21 de março de 1865*. Curitiba, Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1865. p.53.

PARANÁ. Presidentes, 1865-1866 (Pádua Fleury) *Relatório de 15 de fevereiro de 1866*. Anexo E. Relatório da Thesouraria Provincial. Curitiba, Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1866. p.5.

PARANÁ. Presidentes, 1870-1873 (Oliveira Lisboa) *Relatório de 15 de fevereiro de 1871*. Curitiba, Viúva Lopes, 1871. p.6.

PARANÁ. Vice-Presidentes, 1870-1873 (Manoel Antonio Guimarães) *Relatório de 13 de junho de 1873*. Anexo A. Relatório da Thesouraria Provincial. Curitiba, Viúva Lopes, 1873. p.13.

PARANAGUÁ. Prefeitura Municipal. Departamento de Educação e Cultura. *Coisas nossas; Paranaguá em seus vários aspectos: histórico-cultural-folclórico-anedótico*. 1966. 3v.

PARCHEN, Rosina Coeli Alice. *Fazenda Capão Alto*. 1984. 4 v. datilografados. (Tese apresentada no V Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos, realizado em Salvador-BA, de abril a dezembro de 1984).

PROTEÇÃO e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília, MEC-SPHAN, pró-Memória, 1980.

REQUIÃO, Renato et alii. *Paranaguá, Paraná, Brasil, praias, Morretes, Antonina*. 1874. 84p.

REUNION SOBRE CONSERVACIÓN Y UTILIZACIÓN DE MONUMENTOS Y LUGARES DE INTERES HISTORICO Y ARTISTICO, Quito. *Informe final; normas de Quito*.

RIBEIRO, Anibal. *História de N. S. do Rocio*. Curitiba, Voz do Paraná, 1977. 35p.

RITTER, Marina Lourdes. *As sesmarias do Paraná no século XVIII*. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980. 280p.

ROSAS, José Pedro Novaes. O barão de Monte Carmelo. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba, 6(1-2): 14-30, jan./jul. 1983.

_____. *A fundação da cidade de Castro*. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1968.

SAIA, Luis. *Morada paulista*. 2. ed. São paulo, Ed. Perspectiva, 1978. (Coleção Debates, 63 - Arquitetura).

SANTOS, Antonio Vieira dos. *Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município, 1850*. Curityba, 1951. 2v.

TELLES, Augusto da Silva, *Vassouras; estudo da construção residencial urbana*. Rev. Patrim. Hist. Artíst. Nac., Rio de Janeiro, MEC, (16): 9-129, 1967.

TRINDADE, José Pedro. *Álbum do Paraná*. 2. ed. Curityba, 1927, v. 1.

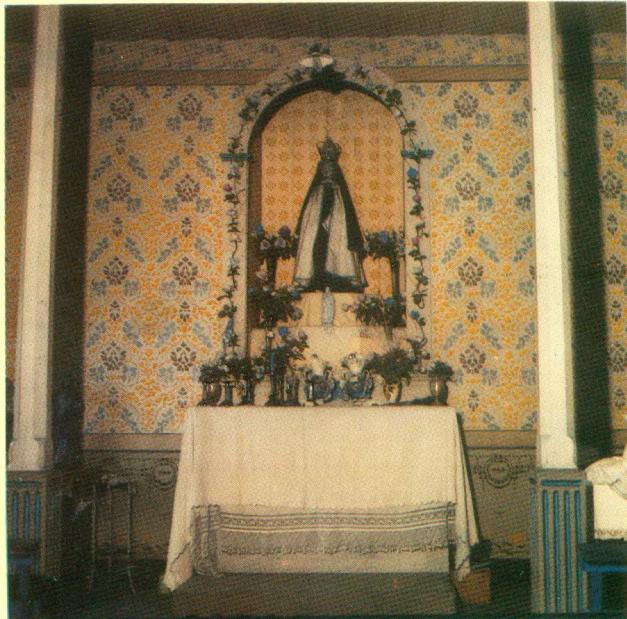
VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. 5. ed. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1979. 186 p.

VIANA, Manoel. *Paranaguá na história e na tradição*. Paranaguá, Conselho Municipal de Cultura, 1976. 374 p.

VIÑUALES, Graciela María. *Restauración de arquitectura de tierra*. Tucumán, Facultad de Arquitectura Y Urbanismo da Univ. Nacional, 1981. 66 p. il.

WESTPHALEN, Cecilia Maria. Uma cidade portuária nos meados do século. In: SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 6, Belo Horizonte, 1973. *Anais*. São Paulo, 1974, p. 542-3.

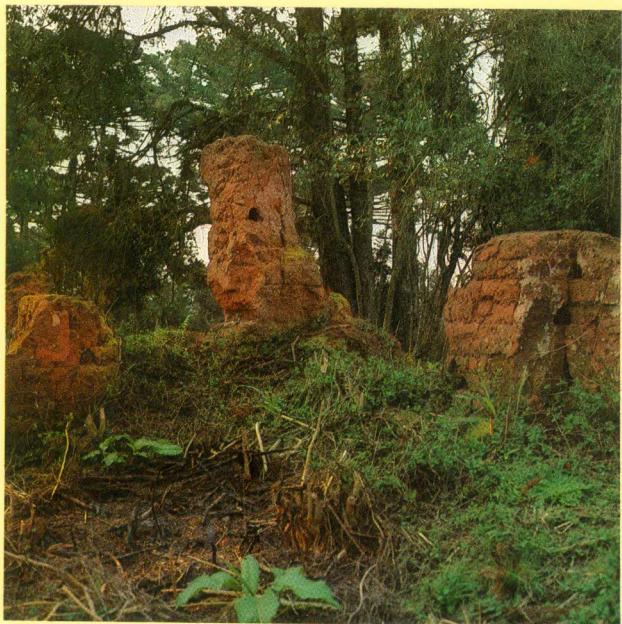
_____. *Informações sobre o Capão Alto*. 2. p. datilog.



Altar da Capela do Casarão, ainda com a imagem de Nossa Senhora do Carmo, a padroeira da Fazenda e com peças ornamentais. 1978.



Ruínas das paredes de taipa de pilão da Capela de Santo Antônio e cemitério. 1978.



Ruínas das paredes de taipa de pilão da Capela de Santo Antonio e cemitério. 1978.



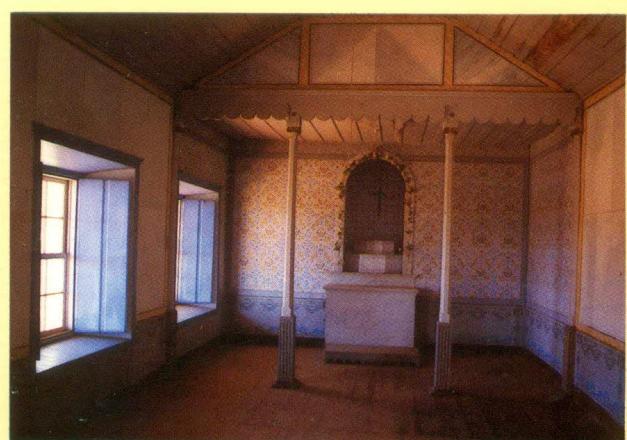
Um dos lavatórios de louça portuguesa que havia em vários cômodos do Casarão. 1978.



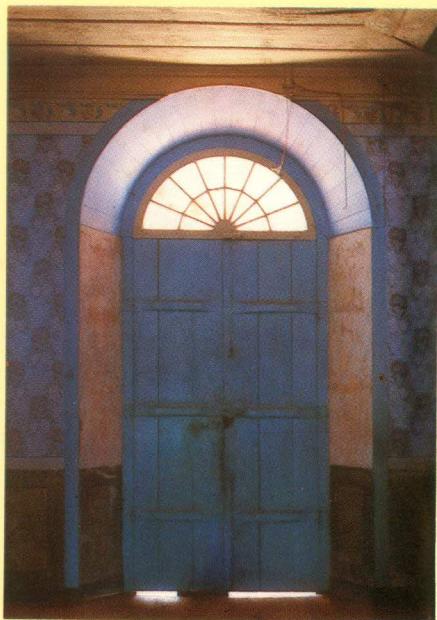
Vista interna do Casarão. 1985.



Tipos distintos de janelas, no corpo central do Casarão. Todas são retangulares, de guilhotina, com folhas escuas de madeira. Nesta o peitoril rebaixado serve como banco, à semelhança das “janelas de assento” ou “conversadeiras”. 1985.



Vista interna da Capela. 1985.



Vista interna da porta principal do Casarão. 1985.



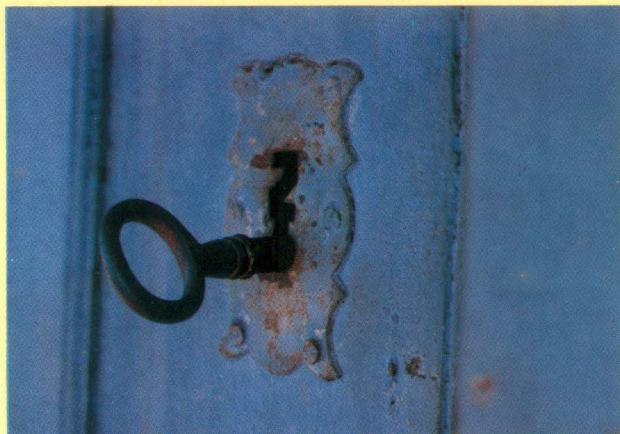
Portas internas das salas frontais. 1985.



Detalhe do gradil da varanda. 1985.



Aspecto da decoração das paredes internas do corpo central. O reboco e a pintura foram feitos com rolo sobre chapa de papel - técnica amplamente difundida no final do século 19 e início deste. Nas salas frontais a decoração é mais rica, com motivos florais apresentados em maior número de cores. As paredes dos cômodos secundários mostram apenas frisos com arabescos em uma cor só. 1985.



Detalhe da fechadura e chave da Capela da Fazenda. Foi adquirida por ocasião da demolição da antiga Sé de São Paulo. 1985.

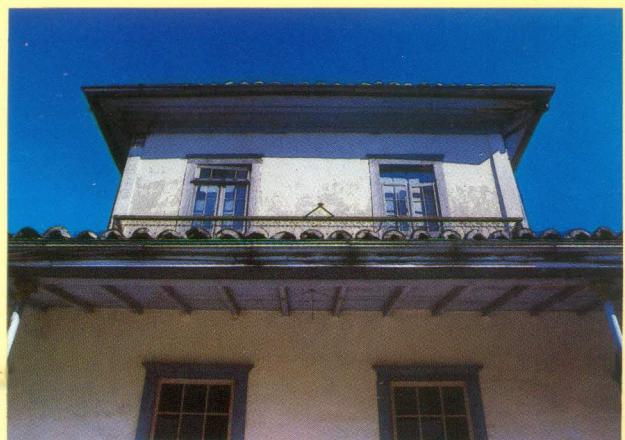
Detalhe do estuque, técnica construtiva empregada nas paredes externas do mirante e nas internas do Casarão. 1985.



Tipos distintos de janelas, no corpo central do Casarão. Todas são retangulares, de guilhotina, com folhas escuras de madeira. 1985.



Vista parcial da fachada principal do Casarão. 1985.



Fachada principal do Casarão. 1985.

Habé servir este libro q. nube se usye:
arom today, q. Pastoray cordenq. Superioray
q. Capituloq. dirizity, ena po. folla. San-
saré q. dirizoeny desta Frigueren, q.
nunq. Estimay deha: vni numerado, Subsi-
lado con alubrica i Bueno q. de uso,
no fin. Lleva otro de ~~desenvolvimiento~~
Frigueria del. otra doblapó 80
de Ferrol 1779

Orix. ordinario don Fern. de Hist. Bueno
